

Cabo Verde

Nota do Título Azul (Blue Bond)



© 2020 Banco Mundial
1818 H Street NW, Washington DC 20433
Telefone: 202-473-1000; Internet: www.worldbank.org

Alguns direitos reservados

Este trabalho é um produto do Staff do Banco Mundial. As constatações, interpretações e conclusões expressas neste trabalho não reflectem necessariamente as opiniões dos Directores Executivos do Banco Mundial ou dos Governos que representam. O Banco Mundial não garante a exactidão dos dados incluídos neste trabalho. Os limites, as cores, as denominações e outras informações mostradas em qualquer mapa neste trabalho não implicam qualquer julgamento por parte do Banco Mundial sobre o estatuto legal de qualquer território ou o endosso ou aceitação de tais limites.

Direitos e Autorizações

O material deste trabalho está sujeito a direitos de autor. Como o Banco Mundial incentiva a vulgarização de seu conhecimento, este trabalho pode ser reproduzido, no todo ou em parte, para fins não comerciais, desde que seja dada total atribuição a este trabalho.

Imputação - Por favor, cite o trabalho da seguinte forma: "Banco Mundial. 2020. Cabo Verde Nota do Título Azul (Blue Bond). © Banco Mundial"

Todas as consultas sobre direitos e licenças, incluindo direitos subsidiários, devem ser dirigidas às Publicações do Banco Mundial, Grupo Banco Mundial, 1818 H Street NW, Washington, DC 20433, EUA; fax: 202-522-2625; e-mail: pubrights@worldbank.org.

Cabo Verde

Nota do Título Azul (Blue Bond)

ABREVIATURAS E ACRÓNIMOS

ADAD	<i>Associação para a Defesa do Ambiente e Desenvolvimento, Association for the Protection of the Environment and Development</i>
BAD	Banco Africano de Desenvolvimento
CaSUEB	<i>Cadre Stratégique Unifié pour l'Economie Bleue, Plano Estratégico Unificado para a Economia Azul</i>
BDS	Banco de Desenvolvimento das Seicheles
PIB	Produto Interno Bruto
GEF	Fundo Global para o Meio Ambiente
GOS	Governo das Seicheles
ENAPOR	<i>Empresa Nacional de Administração dos Portos, National Port Administration Company</i>
ASG	Ambiente, Social e Governação
FAO	Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura
BIRD	Banco Internacional para a Reconstrução e o Desenvolvimento
IFI	Instituição Financeira Internacional
INDP	<i>Instituto Nacional de Desenvolvimento das Pescas, National Institute of Fisheries Development</i>
MPME	Micro, Pequenas e Médias Empresas
GPC	Garantia Parcial de Crédito
PNIEB	<i>Programme National d'Investissement pour l'Economie Bleue, Programa Nacional de Investimentos para a Economia Azul</i>
PRAO-CV	<i>Programme Régional des Pêches en Afrique de l'Ouest - Cabo Verde, Programa Regional das Pescas na África Ocidental - Cabo Verde</i>
ODS	Objectivo de Desenvolvimento Sustentável
SeyCCAT	Fundo de Adaptação às Alterações Climáticas das Seicheles
SWIOFish3	Terceiro Projecto de Governação das Pescas e do Crescimento Partilhado do Sudoeste do Oceano Índico
TNC	A Conservação da Natureza
UGPE	<i>Unidade de Gestão de Projetos Especiais, Special Projects Management Unit</i>
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PRAO	Programa Regional das Pescas na África Ocidental

AGRADECIMENTOS

Este relatório foi elaborado entre Março e Novembro de 2019. A equipa foi conduzida por Bérengère Prince (Especialista Líder em Gestão de Recursos Naturais). Benjamin Garnaud (Especialista principal em gestão dos recursos naturais, Consultor) é o autor principal. A equipa principal inclui Gianfranco Bertozzi (Director Financeiro Principal); Laurent Corthay (Especialista Sénior do Sector Privado); e Philippe Ambrosi (Economista Sénior do Ambiente). O relatório foi analisado por Rodrigo Silveira Cabral (Agente financeiro Sénior); Miguel Angel Jorge (Especialista Sénior das Pescas); e Delphine Arri (Engenheiro Sénior em Meio Ambiente). O relatório foi produzido por Madjiguene Seck (Responsável pelos Assuntos Externos) e Ndeye Diele Faye (Designer). A equipa agradece à Direcção do Banco Mundial pelo seu apoio: Coralie Gevers (Director País), Eric Lancelot (Chefe de Programa) e Maria Sarraf (Responsável pela prática).

O relatório baseia-se em múltiplas consultas e discussões realizadas em Maio de 2019 com o Sr. Paulo Veiga, Secretário de Estado, Ministério da Economia Marítima, e com a Sra. Alcídia Alfama, Directora do Departamento de Mobilização de Recursos, Ministério das Finanças, bem como um vasto leque de intervenientes da economia azul, incluindo ministérios e agências de linha (Economia Marítima, Observatório da Economia Azul, ENAPOR, Agricultura e Ambiente, Turismo, Energia, Finanças, Banco Central); sector privado (Banco Comercial do Atlântico, Associação de proprietários de barcos de pesca, Associações de pescadores artesanais); Sociedade Civil (Biofera, ADAD); Comunidade de Pesquisa (INDP); e vários Parceiros Técnicos e Financeiros (AfDB, UE, FAO).

O relatório foi co-financiado pelo Fundo de Desenvolvimento Nórdico (NDF).

Créditos fotográficos: Mademba Ndiaye for World Bank (P. 11, 15, 17, 23, 25, 35), WARFP Cabo Verde (Primeira página, p. 20), e Madjiguene Seck para o Banco Mundial (Capa traseira).

ÍNDICE

Abreviaturas e acrónimos	1
Agradecimentos	2
Resumo Analítico	4
Introdução	6
1 A Economia Azul em Cabo Verde	7
2 O que é um Blue Bond?	10
3 A concepção do título azul para Cabo Verde	15
4 Investimentos potenciais em títulos azuis	18
5 Possíveis arranjos para a canalização de receitas de Blue Bond	26
Conclusão e etapas seguintes	30
Anexo A - Utilização dos produtos do Blue Bond nas Seicheles	31
Anexo B - Roteiro para a emissão de Títulos Azuis	40

RESUMO ANALÍTICO

Cabo Verde registou um progresso social e económico espectacular entre 1990 e 2008, mas o crescimento económico desacelerou de modo significativo desde então. Apesar dos desafios associados ao facto de ser uma pequena economia de arquipélago, o país registou, durante duas décadas, um crescimento económico rápido, impulsionado principalmente pelo rápido desenvolvimento de centros turísticos com tudo incluído. Este crescimento traduziu-se em melhorias substanciais de bem-estar para a população e na transição de Cabo Verde do estatuto de país de rendimento baixo para estatuto de país de rendimento médio em 2007. Desde 2009, e com a crise financeira mundial, o ritmo do crescimento económico abrandou e a dívida do país aumentou de modo significativo.

Reconhecendo o potencial de crescimento e as necessidades de preservação do seu capital natural costeiro e marinho, o Governo de Cabo Verde está a dar cada vez mais atenção ao potencial de uma estratégia de economia azul. Isto pode servir de vetor essencial do crescimento e redução da pobreza, preservando o meio ambiente e aumentando a sua resiliência às mudanças climáticas. Uma estratégia ambiciosa de economia azul promoveria a resiliência do país às mudanças climáticas. Protegeria os principais tampões naturais de fenómenos extremos, preservaria melhor o capital natural, diversificaria a economia e tiraria da pobreza alguns dos mais vulneráveis. O Governo aprovou a *Carta Nacional para a Promoção da Economia Azul* em 2015 e criou um *Observatório Nacional para a Economia Azul* em 2018. Está também a elaborar uma estratégia e um plano de investimento para tornar operacional a visão.

A transição para uma economia azul exigirá o acesso a financiamento a preços acessíveis à escala. O actual orçamento do Estado e a ajuda ao desenvolvimento disponível ficarão aquém das necessidades de financiamento para promover uma rápida transição para uma economia azul. O calendário desta mudança é talvez ainda mais relevante, uma vez que Cabo Verde está a transitar do estatuto de país de rendimento baixo para o estatuto de país de rendimento médio e que terá

progressivamente menos acesso a financiamento concessional no futuro.

O Governo de Cabo Verde solicitou ao Banco Mundial que explorasse a viabilidade de emitir um título azul para financiar uma fase inicial da sua estratégia de economia azul, aproveitando a experiência do Banco no apoio à emissão do primeiro título soberano Blue Bond nas Seicheles, em 2018.

Este relatório conclui que um título azul - com o volume certo e a taxa certa - seria um instrumento adequado para Cabo Verde. Apoiaria a estratégia do Governo de diversificar as fontes de empréstimo em antecipação à transição para o abandono dos empréstimos concessionais. Ele também se basearia num dos principais activos do país, o seu oceano, conforme articulado na estratégia da economia azul, actualmente em fase de finalização. O título azul seria um exercício de desenvolvimento e introduziria o país a investidores sustentáveis. Com base na experiência do primeiro título azul soberano emitido pelas Seicheles, é possível reduzir a taxa do título para níveis atractivos através de características de melhoria de crédito, como uma garantia parcial de crédito. Dado o elevado volume da dívida de Cabo Verde, o estudo recomenda um título azul não superior a 10-15 milhões de dólares americanos.

Os sectores mais adequados para o financiamento dos títulos azuis poderiam ser o ecoturismo, o plástico marinho e a pesca sustentável, uma vez que seriam mais susceptíveis de combinar o impacto no desenvolvimento, na geração de receitas, na preservação do ambiente costeiro e marinho e na atractividade para os investidores azuis. O relatório recomenda um pequeno número de grandes investimentos, o que reduz os custos de transacção. São possíveis investimentos múltiplos e de menor dimensão, mas seria necessário o uso de um ou vários veículos intermediários para gerir o produto do título azul, através de uma linha de crédito, de um fundo rotativo ou de um mecanismo de subvenção, por exemplo.

Os pré-requisitos para a gestão de recursos naturais teriam de estar em vigor antes de tais

investimentos poderem ser financiados por um **título azul**. Isto evitará que os investimentos da economia azul criem um sinal de preço que poderá

ser prejudicial à preservação dos recursos costeiros e marinhos.



INTRODUÇÃO

Reconhecendo o potencial de crescimento e as necessidades de preservação do seu capital natural costeiro e marinho, o Governo de Cabo Verde está cada vez mais atento ao potencial de uma estratégia de economia azul, enquanto factor essencial de crescimento e redução da pobreza, protegendo simultaneamente o meio ambiente. Após a adopção de uma Carta Nacional em 2015 e a criação de um Observatório Nacional dedicado em 2018, está actualmente a preparar um conjunto de documentos que irão ajudar a definir essa estratégia e os respectivos investimentos, com o apoio do Banco Africano de Desenvolvimento (BAD) e da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO).

O financiamento do desenvolvimento desta economia azul será um desafio para Cabo Verde, que recentemente ingressou ao grupo de países de rendimento médio e verá o seu acesso ao financiamento concessional reduzido, enquanto se espera que o financiamento não-concessional permaneça caro a médio prazo. Por conseguinte, Cabo Verde terá de explorar vias inovadoras para financiar a sua economia azul. Nos últimos anos, registou-se um aumento desse financiamento inovador para a protecção dos oceanos e o desenvolvimento das economias azuis em todo o mundo: financiamento climático, swaps de dívida, títulos azuis, títulos de impacto, reformas fiscais, mobilização de remessas, seguros paramétricos soberanos, crédito ou fundos de acções, são todos instrumentos que podem ser explorados por Cabo Verde.

Neste contexto, o Governo de Cabo Verde solicitou ao Banco Mundial que explorasse a viabilidade da emissão de um Título Azul,

capitalizando a experiência da instituição financeira ao apoiar as Seicheles para a emissão do primeiro Título Azul em 2018. O objectivo deste estudo é avaliar a viabilidade de o Governo de Cabo Verde emitir um Blue Bond, como uma das várias opções inovadoras para financiar a economia azul no país.

As conclusões deste esforço são apresentadas em pormenor na presente nota exploratória. A primeira secção apresenta brevemente o contexto da economia azul em Cabo Verde. Uma análise mais abrangente do contexto e estratégia da economia azul do país está actualmente a ser realizada pelo Governo com o apoio do BAD e da FAO. A segunda secção explica o que é um título azul e como as iniciativas anteriores estão ajudando a defini-lo. A terceira secção propõe um esboço de título azul em Cabo Verde, incluindo o seu custo provável, as características de melhoria do crédito, os méritos e as limitações e o processo de emissão. As duas últimas secções visam dar um pouco mais de contexto para o título azul, sugerindo algumas áreas potenciais de investimento - o ecoturismo, os plásticos marinhos e pescas - (Secção 4) e os possíveis acordos de canalização das receitas no país.

A presente nota exploratória destina-se principalmente ao Governo de Cabo Verde, incluindo os seus Ministérios das Finanças; da Economia Marítima; do Turismo e dos Transportes; da Indústria, do Comércio e da Energia; das Infra-estruturas, do Planeamento e Habitação; e da Agricultura e do Ambiente. O seu público-alvo também inclui agências especializadas do Governo, Instituições Financeiras Internacionais (IFIs) e doadores bilaterais, além de outros potenciais investidores.

1 A Economia Azul em Cabo Verde

1.1 Visão global do país

A geografia de Cabo Verde é única, mas com muitos desafios. Localizado a 500 quilómetros da costa oeste da África, Cabo Verde é um arquipélago de 10 ilhas. O país tem uma população estimada em meio milhão de pessoas que vivem em nove das ilhas. Apenas 10 por cento do seu território está classificado como terra arável e o país possui recursos minerais limitados. A repartição da pequena população do país por nove ilhas dispersas por uma grande área de água constitui um grande obstáculo ao crescimento e ao desenvolvimento. Limita as economias de escala e cria problemas significativos de conectividade, bem como desafios para a prestação de serviços, incluindo energia, água, educação e saúde.

Apesar dos desafios associados ao facto de ser uma pequena economia insular, Cabo Verde registou progressos sociais e económicos espectaculares entre 1990 e 2008, impulsionados principalmente pelo rápido desenvolvimento de centros turísticos inclusivos. As realizações impressionantes de Cabo Verde fundam-se na estabilidade política, em políticas económicas sólidas e em instituições sólidas que mantêm o Estado de direito, sustentam a sua democracia aberta e mantêm a corrupção sob controlo. Em 2007, o país passou para a categoria de países de rendimento médio-baixo, tornando-se a única economia não-extractiva na África Subsariana a fazê-lo num período de tempo relativamente curto. O rápido crescimento económico traduziu-se em melhorias substanciais do bem-estar da sua população.¹

No período 2009-2015, o crescimento económico desacelerou significativamente, em resultado do impacto prolongado da crise financeira mundial. As medidas orçamentais anticíclicas não restabeleceram o crescimento e,

pelo contrário, conduziram a um aumento acentuado do volume da dívida. Após um crescimento médio de cerca de 1 por cento entre 2009 e 2015, o Produto Interno Bruto (PIB) real expandiu-se 4 por cento em 2017 e cerca de 4,7 por cento em 2018, reflectindo uma actividade robusta nos sectores da indústria, da pesca, do comércio e do turismo.²

1.2 A economia Azul

O capital natural de Cabo Verde é um dos seus trunfos mais estratégicos, mas está sob pressão.

Os oceanos e as zonas costeiras do país já estão a apoiar a maior parte da economia do país e são vistos como uma nova fronteira promissora para o crescimento económico futuro, abrangendo vários sectores, incluindo o turismo, as pescas, a aquicultura, as energias renováveis, os transportes marítimos, as indústrias extractivas, a biotecnologia marinha bem como a bioprospecção. A exploração do ambiente costeiro e marinho do país tem sido largamente oportunista. Um planeamento e um controlo insuficientes estão a conduzir a pressões crescentes sobre o seu capital natural - talvez o seu bem nacional mais importante - que compromete a indústria do turismo. Cabo Verde é considerado um dos 11 pontos de acesso da biodiversidade marinha do mundo, mas o país ocupa apenas o 78º lugar, entre 141 países, no “cumprimento das regulamentações ambientais” segundo o Índice de Competitividade de Viagens e Turismo. A aplicação das regulamentações ambientais continua inadequada e a gestão ambiental sofre com a falta de clareza na atribuição de papéis e responsabilidades. A gestão de resíduos sólidos nem sempre é padronizada.

Cabo Verde é altamente vulnerável às mudanças climáticas. O país está muito exposto a desastres naturais, incluindo secas, tempestades extremas, aumento do nível do mar e erupções vulcânicas. Dados históricos mostram que Cabo Verde sempre sofreu de secas graves e recorrentes, que tiveram

¹ World Bank. 2018. *Republic of Cabo Verde, Adjusting the Development Model to Revive Growth and Strengthen Social Inclusion. Systematic Country Diagnostic*. World Bank, Washington, DC.

² International Monetary Fund. 2019. *2019 Article IV Mission to Cabo Verde, IMF Staff Statement*.

um pesado impacto nos meios de subsistência das pessoas e afectaram a sua resiliência. Prevê-se que as alterações climáticas aumentem rapidamente a exposição de Cabo Verde a fenómenos meteorológicos extremos e tenham potencial para fazer descarrilar significativamente as suas realizações e impedir novos progressos.³ No entanto, a mitigação do clima, as estratégias de adaptação e as capacidades financeiras de Cabo Verde continuam limitadas. O país está em apenas 79º lugar no “índice de prontidão para a mudança climática”, mais abaixo do que outros países semelhantes, como as Seycheles, Maurícias e Santa Lúcia. Em relação ao impacto das alterações climáticas nas pescas, o Índice de Risco de Cabo Verde é de 78 numa escala de 100.⁴

Reconhecendo o potencial de crescimento e as necessidades de preservação do seu capital natural costeiro e marinho, o Governo de Cabo Verde está cada vez mais atento ao potencial de uma estratégia de economia azul como um factor essencial de crescimento e redução da pobreza, protegendo também o ambiente e aumentando a sua resiliência às alterações climáticas. O conceito de "economia azul" visa promover o crescimento económico, a inclusão social e a preservação ou melhoria dos meios de subsistência, assegurando ao mesmo tempo a sustentabilidade ambiental dos oceanos e das zonas costeiras.⁵ Por conseguinte, uma estratégia ambiciosa de economia azul promoveria também a resiliência do país às mudanças climáticas, protegendo os principais amortecedores naturais aos fenómenos extremos, preservando melhor o seu capital natural, diversificando a sua economia e contribuindo para tirar os mais vulneráveis da pobreza.

O Governo aprovou a Carta Nacional para a Promoção da Economia Azul em Cabo Verde em

³ Republic of Cabo Verde. 2017. *Intended Nationally Determined Contribution of Cabo Verde*.

⁴ World Bank. 2018. *Republic of Cabo Verde, Adjusting the Development Model to Revive Growth and Strengthen Social Inclusion. Systematic Country Diagnostic*. World Bank, Washington, DC.

⁵ World Bank and United Nations Department of Economic and Social Affairs. 2017. *The Potential of the Blue Economy: Increasing Long-term Benefits of the Sustainable Use of Marine Resources for Small Island Developing States and Coastal Least Developed Countries*. World Bank, Washington, DC.

2015 e criou um Observatório Nacional da Economia Azul em 2018, alojado no Ministério da Economia Marítima. Considerando a economia azul como uma opção para diversificar o modelo de crescimento do país, expandir o seu acesso aos mercados, integrar cadeias de valor globais e construir resiliência, a Carta abrange uma série de sectores, tais como pesca e aquicultura marinha, o processamento de recursos pesqueiros, o turismo costeiro, a construção e manutenção de navios e embarcações de lazer, os serviços de transporte de passageiros e frete marítimo, as operações portuárias e o desenvolvimento costeiro integrado. A Carta também dá ênfase à sustentabilidade social e ambiental, reconhecendo a necessidade de fortalecer as comunidades costeiras, conservar a biodiversidade e os habitats e tomar medidas contra a mudança climática.

O Governo está a preparar três documentos estratégicos para operacionalizar esta visão, com o apoio do BAD e da FAO: a) um Plano Estratégico Unificado para a Economia Azul (Cadre Stratégique Unifié pour l'Economie Bleue, CaSUEB); b) um Programa Nacional de Investimento para a Economia Azul (Programme National d'Investissement pour l'Economie Bleue, PNIEB); e c) um Programa Nacional de Promoção da Economia Azul.

A estratégia da Economia Azul visa promover a contribuição de Cabo Verde para o 14º Objectivo de Desenvolvimento Sustentável (ODS 14). O ODS 14 visa conservar e utilizar de forma sustentável os oceanos, os mares e recursos marinhos para o desenvolvimento sustentável. Os instrumentos políticos do país acima detalhados estão alinhados com este objectivo e as suas 10 metas, incluindo a prevenção e redução da poluição marinha (14.1), a gestão e protecção sustentáveis dos ecossistemas marinhos e costeiros (14.2), a regulação da exploração e fim da sobrepesca (14.4), o aumento da área costeira e marinha sob conservação (14.5), e o aumento dos benefícios económicos da utilização sustentável dos recursos marinhos (14.7).

1.3 Déficit Financeiro

A mudança para uma economia azul proporcionará a Cabo Verde a oportunidade para diversificar e crescer a sua economia, preservando melhor os recursos em que essa economia azul irá assentar. Também, isto ajudaria a tornar o país mais resistente a choques externos, a criar empregos e a aumentar as receitas nacionais.

Exigirá também o acesso ao financiamento a preços acessíveis à escala. Ao longo do próximo ano, Cabo Verde irá traduzir o que ainda é uma estratégia de desenvolvimento sustentável a longo prazo num plano de investimento mais accionável. Embora um quadro financeiro mais preciso seja fornecido nessa fase, já está claro que o actual orçamento estadual e a assistência ao desenvolvimento disponível ficarão aquém das necessidades de financiamento para promover uma

rápida mudança para uma economia azul. Esta situação é ainda mais significativa quando Cabo Verde está a passar do estatuto de baixo rendimento para o de médio rendimento e terá progressivamente menos acesso a financiamento concessional.

Este déficit de financiamento exigirá que o país explore novas formas de acesso ao financiamento, especialmente do sector privado. Exemplos de fontes de financiamento alternativas para a economia azul incluem, por exemplo, financiamento climático, swaps de dívida, títulos azuis, reforma da tributação do turismo ou mobilização de remessas. Reconhecendo esta situação, o Governo de Cabo Verde encarregou o Banco Mundial explorar a viabilidade da emissão de um título azul para financiar o desenvolvimento da sua economia azul, que é o objectivo desta nota.



2 O que é um Blue Bond?

2.1 Definição

Um título azul é um instrumento de dívida emitido por Governos, bancos de desenvolvimento ou outros para levantar capital de investidores para financiar projectos marinhos e oceânicos que tenham benefícios ambientais, económicos e climáticos positivos. Os títulos azuis inspiram-se nos títulos verdes, emitidos por actores similares para financiar projectos com benefícios ambientais e climáticos positivos (ver quadro). Os títulos azuis são muito semelhantes aos títulos verdes, excepto que são "azuis" porque financiam projectos marinhos e oceânicos, enquanto as obrigações verdes financiam projectos terrestres. Os títulos azuis e verdes são adquiridos por investidores que têm um mandato

específico para investir em propostas de investimento sólidas que também criam benefícios sociais e ambientais claros.

Poucos títulos azuis foram emitidos no passado. O primeiro título azul de 15 milhões de dólares americanos, foi emitido pelo Governo das Seicheles (GOS) em 2018 e a transacção, que de facto serve de referência, é descrita abaixo e no anexo A. Em Janeiro de 2019, o Banco Nórdico de Investimento emitiu um Título Azul de SEK2 biliões (200 milhões de dólares americanos) para proteger e reabilitar o Mar Báltico. Por outro lado, a The Nature Conservancy (TNC) está actualmente a preparar o seu próprio título azul, ou uma série de títulos azuis, para financiar reestruturações de dívida (também descrito abaixo)

OBRIGAÇÕES VERDES

Os Títulos verdes são instrumentos financeiros de renda fixa, líquidos que são usados para levantar fundos dedicados à mitigação do clima, adaptação e outros projetos ambientalmente corretos. Também podem ser referidos como obrigações climáticas. A primeira obrigação verde foi emitida em 2008 pelo Banco Mundial e pelo Banco Europeu de Investimento e, desde então, o mercado tem registado um forte crescimento. Em 2018, foram emitidos quase 170 biliões de dólares americanos - um recorde.

As obrigações ecológicas são emitidas por IFI (o Banco Mundial é um dos principais emitentes), empresas e administrações nacionais e locais. Em 2017, Fiji e Nigéria emitiram o primeiro título verde soberano para um pequeno estado insular em desenvolvimento e um país africano, respectivamente, e o número de títulos verdes soberanos emitidos está aumentando rapidamente.

Após vários anos de critérios individuais e ad hoc para investimentos e relatórios, a indústria desenvolveu os Princípios das Obrigações Verdes em 2014. Essas diretrizes de processos voluntários enfatizam a transparência, precisão e integridade das informações que serão divulgadas e relatadas pelos emissores aos stakeholders e fornecem padrões para o uso de recursos, o processo de avaliação e seleção de projetos, a gestão de recursos e o relato.

O mercado de obrigações com o rótulo de mercado está a expandir-se para além das obrigações ecológicas, e o mercado de obrigações ambientais, sociais e de governação (ESG) está a crescer rapidamente. Pesquisas recentes mostram que a demanda por tais investimentos está crescendo ainda mais rapidamente. Pesquisas recentes mostram que a demanda por tais investimentos está crescendo ainda mais rapidamente. A Global Sustainable Investment Alliance estimou que o tamanho total de todos os investimentos que estão sendo realizados de acordo com um mandato ESG foi de 31 trilhões dólares americanos em 2018, acima dos 23 trilhões dólares americanos em 2016. Paralelamente, as agências de classificação de crédito estão aumentando seu foco nos riscos ESG. ("Green Bonds Investors Cite Benefits of ESG Sector." Financial Times, June 13, 2019).



2.2 Requisitos Específicos de uma Obrigação Azul

A utilização de receitas de títulos azuis satisfaz os requisitos tanto do financiamento concessional como dos mercados privados. Uma vez que os títulos azuis são actualmente emitidos com o apoio de IFIs ou organizações não-governamentais, a utilização dos seus rendimentos tem de cumprir requisitos de qualidade semelhantes em matéria de salvaguardas ambientais e sociais e normas de aquisição e gestão financeira, por exemplo. Por outro lado, sendo os investidores frequentemente fundos privados com carácter social e ambiental, a utilização das receitas deve ser adaptada às suas necessidades específicas. Os requisitos específicos de um título azul incluem o seguinte:

- **Benefícios ambientais e sociais.** As receitas devem financiar projectos marinhos e oceânicos com benefícios ambientais, económicos e climáticos positivos. O título azul deve contribuir para preservar ou melhorar a saúde do oceano. - As receitas dos títulos azuis não podem simplesmente financiar investimentos em sectores costeiros e oceânicos, uma vez que estes investimentos podem muito bem prejudicar o ambiente ou as comunidades circundantes se não existirem as salvaguardas adequadas, por exemplo.
- **Geração de receitas** Embora a responsabilidade pelo reembolso do capital e dos juros recaia provavelmente sobre o Governo de Cabo Verde sem qualquer ligação aos investimentos subjacentes, os investidores podem preferir apoiar as actividades geradoras de receitas, pelo menos em parte.
- **O Cenário** Atrair investidores privados exigiria que o Governo preparasse materiais de marketing específicos e contasse com um cenário sobre os investimentos propostos. Este cenário precisaria ser mais direto do que o que

normalmente seria descrito num documento típico do projecto do doador.

- **Apresentação de relatórios** Os investidores gostariam de ver a história que lhes foi contada desdobrar-se através de indicadores quantificados, o que exigiria sistemas eficientes de supervisão, avaliação e apresentação de relatórios antes da colocação do título azul. Esses indicadores poderiam incluir uma medida da biomassa ou do rendimento gerado pelos investimentos, a redução da sobrepesca, o restabelecimento dos mangais, a redução da poluição marinha por plásticos, por exemplo.
- **Desembolso** Tanto os investidores como o Governo gostariam que o financiamento por títulos azuis fosse desembolsado rapidamente após a sua colocação. Os investidores preferem ver o seu financiamento funcionar, e o custo relativamente elevado e o curto prazo do financiamento tornariam os fundos não utilizados onerosos para o Governo. Uma parte significativa dos investimentos previstos deve, por conseguinte, estar pronta antes da colocação do título.

A prontidão dos investimentos subjacentes e das disposições de execução é um aspecto crítico de um título azul. Os investimentos, os estudos que os acompanham e as disposições de implementação do projecto têm de estar prontos antes da colocação do título azul, para que os fundos possam ser utilizados assim que estejam disponíveis. Como é descrito na Secção 4, os investimentos em títulos azuis muitas vezes têm pré-requisitos relacionados à sustentabilidade ambiental - é isso que os torna 'azuis'. Estes pré-requisitos também têm de estar operacionais antes de o título azul ser colocado ou o financiamento dos investimentos ser adiado. Em alguns contextos e dependendo da escolha dos investimentos a financiar, a emissão de um título azul pode, por conseguinte, ser um processo a longo prazo. No caso do título azul das Seicheles, descrita infra e no anexo A, a preparação do projecto de título azul durou 19 meses e a emissão do título azul

levou mais um ano. Isto apesar do forte compromisso do Governo, de um bom nível de prontidão geral e de um contexto favorável das iniciativas de gestão ambiental necessárias: um ordenamento do espaço marítimo nacional e vários planos de gestão das pescas estavam a ser preparados em paralelo e serviram de base para os investimentos em títulos azuis.

2.3 A experiência das Seicheles

O primeiro Título Azul foi emitido pelo Governo das Seicheles em 2018 num valor de 15 milhões dólares americanos e uma maturidade de 10 anos, com características específicas de melhoria de crédito. A emissão do bônus foi suportada por uma garantia parcial do Banco Mundial (5 milhões de dólares americanos) e um empréstimo concessional do Fundo Mundial para o Ambiente (GEF, sigla em inglês) (5 milhões de dólares americanos), que subsidiou parcialmente o pagamento dos cupons de títulos. Estes instrumentos de reforço de crédito permitiram uma redução do preço do título através da redução parcial do investimento dos investidores de impacto e do subsídio dos cupões. Como resultado, o título paga um cupão anual de 6,5 por cento aos investidores, mas o empréstimo GEF reduz o custo das Seicheles para 2,8 por cento.

As receitas de 15 milhões de dólares americanos do Título Azul das Seicheles capitalizam um Fundo Azul de doações e um Fundo Azul de investimento que concedem subvenções e empréstimos para actividades de apoio à expansão de áreas marinhas protegidas e à implementação de planos de gestão da pesca nas Seicheles. Estes fundos são geridos por instituições pré-existentes, o Fundo de Adaptação às Alterações Climáticas (SeyCCAT) e o Banco de Desenvolvimento das Seicheles (BDS).

As Seicheles criaram um ambiente propício que abriu caminho para a emissão do Título Azul. Há vários anos que tem vindo a preparar um ordenamento do espaço marinho, em parceria com a TNC, para melhorar a compreensão da utilização actual e futura do seu espaço costeiro e marinho, planear o desenvolvimento sustentável da sua

economia azul e expandir a rede de áreas marinhas protegidas. Tinha também preparado planos de gestão das pescas para criar as condições necessárias à expansão das oportunidades de negócio, preservando melhor ao mesmo tempo os recursos pesqueiros. Esses instrumentos de planeamento foram fundamentais para a emissão do Título Azul, pois ajudaram a garantir que as actividades que ela financiaria não aumentariam a pressão sobre os recursos marinhos do país.

O Blue Bond das Seicheles foi concebido para preencher um défice financeiro específico. A execução do ordenamento do espaço marítimo e dos planos de gestão das pescas foi dificultada pela falta de financiamento. As Seicheles, um pequeno Estado insular em desenvolvimento com um rendimento elevado, tem dificuldades em aceder a financiamento a preços acessíveis para além do financiamento concessional limitado proposto por doadores bilaterais e multilaterais. O Título Azul foi visto como uma forma inovadora de atrair investidores privados a um custo relativamente baixo.

O título azul das Seicheles foi colocado, de forma privada, junto de três investidores de impacto socialmente responsáveis sediados nos Estados Unidos, nomeadamente Calvert Impact Capital, Nuveen e Prudential. Foi concebido como uma obrigação geral das Seicheles e o seu reembolso não depende de quaisquer obrigações criadas através da utilização das receitas.

O Banco Mundial apoiou as Seicheles na procura de investidores e na concepção do título azul. Parte da assistência prestada pelo Banco Mundial incluiu a divulgação no mercado para garantir que as condições de financiamento fossem atraentes para as Seicheles e consistentes com os objectivos do projecto; apoio directo na concepção do Blue Bond, incluindo a coordenação dos compromissos do Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD) e a contribuição do GEF; articulação com investidores para identificar compradores da emissão; e documentação da transacção envolvendo coordenação das equipas jurídicas do organizador e do cliente.

O Banco Mundial também aconselhou as Seicheles sobre como estruturar a utilização dos recursos provenientes do título azul. O Governo das Seicheles e o Banco Mundial prepararam conjuntamente um projecto de investimento com Título Azul e incluíram as actividades do Blue Bond nesse projecto (o Terceiro Projecto de Governação das Pescas e de Crescimento partilhado no Sudoeste do Oceano Índico, SWIOFish3). O Banco Mundial forneceu financiamento específico e apoio técnico para ajudar a preparar os diferentes investimentos e documentação relacionada e estabelecer as modalidades de execução necessárias (por exemplo, unidade de projecto, meios de desembolso dos títulos azuis) para as receitas dos títulos azuis. O Anexo A descreve estas disposições com maior detalhes.

2.4 Os Títulos Azuis para Conservação

Em Abril de 2019, a TNC anunciou seu objectivo de levantar 40 milhões de dólares americanos em "Títulos Azuis para Conservação" para financiar a conservação dos oceanos no mundo.⁶ As receitas deste financiamento serão utilizadas para reestruturar uma parte das dívidas soberanas dos países costeiros e insulares, conduzindo a taxas de juro mais baixas e a períodos de reembolso mais longos.

Em cada país, e contra o compromisso de proteger pelo menos 30% das áreas marítimas próximas da costa do país, a TNC estabelecerá um fundo fiduciário para pagar as novas áreas marinhas protegidas e outras acções de conservação usando economias com a reestruturação da dívida e dólares filantrópicos.

A iniciativa não envolverá a emissão de obrigações e não se enquadra na categoria de títulos azuis acima definida. Esta iniciativa é mais um esforço de angariação de fundos para financiar reestruturações da dívida. Em vez de emitirem obrigações do mercado de capitais, os "Títulos Azuis para a Conservação" contrairão empréstimos directamente junto dos bancos comerciais. A captação de recursos, uma combinação de empréstimos comerciais e doações filantrópicas, ajudará a financiar a reestruturação de múltiplas dívidas, reduzindo os custos de transacção em comparação com a captação de recursos individuais. A TNC pretende entregar o modelo Título Azul para a Conservação a 20 países nos próximos cinco anos. Já obteve 23 milhões de dólares americanos em financiamento de vários doadores e pretende obter 40 milhões de dólares em financiamento filantrópico inicial.

⁶ <https://www.nature.org/en-us/explore/newsroom/the-nature-conservancy-s-audacious-plan-to-save-the-world-s-ocea/>.

3 A concepção do título azul para Cabo Verde

Esta secção discute o custo potencial de um título azul para Cabo Verde, os seus méritos e limitações e o processo de emissão.

3.1 Avaliação Preliminar

O Governo de Cabo Verde tem uma classificação soberana de B, que é comparável a muitos outros vizinhos africanos. No entanto, ao contrário de muitos países africanos, tem pouca ou nenhuma experiência em contrair empréstimos nos mercados de capitais globais. A ausência de uma curva de rendimentos de Eurobonds, construída pela emissão anterior, por exemplo, torna difícil avaliar o custo que Cabo Verde teria de enfrentar se emitisse um novo título, seja ele azul, verde ou simples baunilha.

Cabo Verde está muito endividado e a maior parte da sua dívida total está com credores externos. No entanto, a maior parte desta dívida é concessional (multilateral, bilateral) e não comercial. Embora o estoque da dívida esteja hoje próximo de 125 por cento do PIB, devido à sua natureza de longo prazo e baixo custo, o seu serviço da dívida é avaliado como administrável pelo Fundo Monetário Internacional.⁷ Neste contexto, a capacidade de endividamento de Cabo Verde será limitada num futuro próximo e a priorização dos investimentos será crítica.

Tendo em conta estes factores, se Cabo Verde dá prioridade à emissão de um título azul, pode haver pouca margem para o país continuar com um título azul que é superior a 10–15 milhões de dólares americanos em volume. Qualquer nova emissão de dívida deve ser realizada de forma cuidadosa e alinhada com os esforços em curso para reduzir o volume da dívida em percentagem do PIB e continuar a melhorar a sustentabilidade da dívida. Pelo valor facial, importante, qualquer nova emissão nos mercados de capitais, independentemente do público-alvo, seria dispendiosa, sem alguma forma de mitigação de risco. Devido à falta de historial de Cabo Verde nos mercados de capitais internacionais

e ao seu estoque relativamente elevado de dívida total e também porque os investidores sustentáveis não oferecem descontos aos mutuários que utilizam as receitas para financiar actividades azuis ou ecológicas, o custo esperado de uma nova emissão estaria provavelmente próximo do limite mais alargado do intervalo para emitentes B individuais em África. A faixa mais ampla do intervalo seria de aproximadamente 9-10 por cento anual, em termos de dólares, ou 7-8 por cento nos mercados do euro, por um prazo de 10 anos. Este último teor pode ser viável em dólares americanos, mas seria um pouco mais desafiador em euros, onde uma maturidade de 5 anos seria mais atingível para um emitente pela primeira vez. No entanto, dadas as ligações entre a economia de Cabo Verde e o euro, o regime cambial e a volatilidade cambial, a focalização da operação em euros pode ser uma opção preferível.

A níveis de endividamento quase de dois dígitos no mercado internacional, Cabo Verde beneficiaria da consideração de características de melhoria de crédito, ou garantias, para apoiar um novo endividamento. Esta estratégia ajudaria a reduzir o risco para os investidores e, por conseguinte, a melhorar as condições, nomeadamente facilitando um prazo de vencimento potencialmente mais longo e reduzindo substancialmente o custo ou o cupão do título. Tal abordagem foi utilizada com sucesso no caso das Seicheles em 2018, onde uma garantia parcial do risco principal de um título de colocação privada de 15 milhões de dólares americanos reduziu o cupom de aproximadamente 8,5-9,0 por cento para 6,5 por cento. O custo real para as Seicheles foi ainda mais baixo para o Governo, uma vez que foi disponibilizado um compromisso adicional do GEF para ajudar a pagar os cupões semestrais. O custo efectivo foi, portanto, inferior a 3 por cento, e uma engenharia semelhante pode ser viável para Cabo Verde. Além disso, a equipa acredita que uma obrigação azul sem reforço de crédito ou garantias seria muito difícil para Cabo Verde alcançar eficazmente. O potencial título necessitará do apoio

⁷ International Monetary Fund. 2018. *Staff Report of the 2018 Article IV Consultation*. International Monetary Fund, Washington, DC.

financeiro de instituições financeiras internacionais ou bilaterais e/ou de outras partes interessadas, nomeadamente através de uma garantia que cubra cerca de metade ou mais do capital.

3.2 Méritos e Limitações

Um título azul pode ser uma das várias opções de financiamento da economia azul, com as suas próprias limitações. Embora as potenciais características de melhoria do crédito reduzissem o custo de um título azul em comparação com um título de tipo plain vanilla, é provável que este tivesse uma taxa de juro mais elevada e uma maturidade materialmente mais curta do que o financiamento em condições favoráveis. Além disso, aumentaria ligeiramente o endividamento de Cabo Verde, um dos países mais fortemente endividados da África Subsariana, tal como qualquer empréstimo, quer doméstico quer concessional. Neste contexto, uma nova emissão de títulos azuis deve ser coordenada cuidadosamente para assegurar a sustentabilidade da dívida.

O impacto da colocação de títulos azuis na sustentabilidade da dívida de Cabo Verde não seria, no entanto, provavelmente material. O tamanho do empréstimo apropriado seria pequeno em relação à actual carteira de dívida do país (cerca de 2,3 bilhões de dólares americanos, ou 125 por cento do PIB). Embora o país permaneça em alto risco de endividamento, a análise de sustentabilidade da dívida realizada em março de 2018 pelo Fundo Monetário Internacional confirma que, apesar do alto estoque da dívida pública, o serviço da dívida permanece controlável, devido às condições altamente concessionais da dívida externa, que representa 75 por cento da dívida pública total. Devido a esta situação, o Governo deveria estabelecer prioridades em vez de deixar de ver a obrigação azul e os investimentos azuis como um financiamento extra.

A emissão de um título azul também seria valiosa para Cabo Verde. Além de angariar financiamento para os objectivos visados pelos títulos azuis, essa emissão promoveria Cabo Verde no palco mundial da Economia Azul, atraindo potencialmente novos parceiros para apoiar os seus

objectivos de desenvolvimento e mais capital estrangeiro a jusante. Além disso, como Cabo Verde está em processo de transição do estatuto de baixo rendimento para o de médio rendimento, o que reduz o seu acesso ao financiamento concessional, a própria emissão criaria a capacidade do Governo para se envolver com os mercados e investidores. Com o tempo, o financiamento baseado no mercado tornar-se-á cada vez mais crítico e mais directamente ligado ao crescimento contínuo e à sustentabilidade da economia. Cabo Verde poderá também contribuir para aperfeiçoar os critérios dos títulos azuis para além da pesca, caso a emissão seja utilizada para financiar outros tipos de objectivos da economia azul. O primeiro Título Azul soberano emitido pelas Seicheles concentrou-se quase exclusivamente na pesca sustentável.

3.3 Processo de Emissão de Títulos

O volume do empréstimo e o montante da garantia necessária devem ser determinados pelas necessidades reais para as actividades visadas, pelo apetite do Governo pelo empréstimo, pelas preferências dos investidores e pela vontade de colaborar e apoiar as partes interessadas. As instituições financeiras internacionais ou bilaterais podem facilitar na concepção da estratégia apropriada com o Governo, integrando potenciais parceiros bancários para a emissão, trazendo aconselhamento jurídico, identificando possíveis investidores, arranjando apoio adicional de outras partes interessadas, e assim por diante para melhorar as chances de uma emissão bem-sucedida. Dado o tamanho pequeno esperado do título azul, os investidores privados que apoiam os objectivos da economia azul globalmente parecem ser o público mais apropriado para a emissão. Uma colocação privada em vez de uma oferta pública seria mais adequada para um empréstimo desta natureza, sobretudo tendo em conta a dimensão muito reduzida do título.

O título azul representaria muito provavelmente uma obrigação geral do Governo de Cabo Verde, sem qualquer ligação ou dependência do reembolso de quaisquer novas obrigações criadas através da utilização das receitas geradas pela emissão. O Governo colocaria uma obrigação soberana (o Título

Azul) aos investidores privados para angariar financiamento, que seria especificamente designado para o desenvolvimento sustentável da economia azul do país, e os detalhes dos investimentos teriam de ser trabalhados antes da emissão (ver Secção 4).

Neste contexto, portanto, seria ideal desenvolver uma operação de investimento da economia azul com uma instituição financeira que pudesse ancorar a emissão. Um projecto de investimento poderá apoiar a concepção adequada das actividades azuis específicas, estabelecer as disposições e salvaguardas de execução necessárias e fornecer o capital necessário para garantir a obrigação azul, de preferência numa base parcial. A moeda ideal para a emissão dos títulos azuis seria o euro, dada a composição dos fluxos de divisas fortes para a economia de Cabo Verde. A estrutura final e

os termos da obrigação podem ser definidos de acordo com as necessidades do projecto, a resposta do mercado e a disponibilidade de instrumentos de reforço do crédito de parceiros e partes interessadas.

Com a concepção correcta e um compromisso firme por parte do Governo, das instituições financeiras e de outras partes interessadas no sentido de avançar com um título azul, a emissão poderá ser realizada até 2020. A discussão com contrapartes de mercado, consultores jurídicos e potenciais investidores poderia começar em paralelo com a preparação do projecto. Seria importante concordar com um cronograma e aderir a ele, para manter os custos de transacção gerenciáveis. O anexo B contém um roteiro indicativo para a emissão do título azul.



4 Investimentos potenciais em títulos azuis

O Governo de Cabo Verde está actualmente a preparar um conjunto de documentos para definir as áreas prioritárias de curto a médio prazo da sua estratégia de economia azul e o plano de investimento respectivo. Esta secção da nota exploratória não se destina a contornar o trabalho em curso, mas sim a fornecer algumas informações sobre o que um título azul poderia financiar.

Durante uma missão de delimitação do âmbito realizada em maio de 2019, foram identificadas três áreas da economia azul que suscitaram um interesse significativo das partes interessadas e que seriam mais susceptíveis de combinar impacto no desenvolvimento, geração de receitas, preservação do ambiente costeiro e marinho e atractividade para os investidores azuis: turismo, plástico marinho e pesca. No entanto, um título azul poderia muito bem financiar projectos noutras áreas, e esta delimitação é indicativa. Para cada um dos sectores, apresentamos o contexto, as principais restrições, as oportunidades e uma discussão sobre um potencial apoio de títulos azuis.

4.1 Turismo⁸

4.1.1 Contexto e Principais Constrangimentos

O sector do turismo é um pilar central do desenvolvimento de Cabo Verde, mas a sua contribuição para o crescimento está a enfraquecer. Nos últimos 15 anos, o turismo internacional para Cabo Verde cresceu substancialmente, e em 2016 a produção turística foi de 0,7 biliões de dólares e representou 45% do PIB. É a principal fonte de receitas em divisas e

suporta directa e indirectamente cerca de 39 por cento do emprego total. A crise financeira de 2008 assistiu a uma breve pausa no aumento contínuo do número de visitantes, que recuperou progressivamente a um crescimento anual de cerca de 10,0%, em comparação com os 11,5% registados antes da crise. A contribuição do sector do turismo para o PIB cresceu apenas até 2010, após o que permaneceu constante. O mais importante ainda, as receitas em dólares americanos por chegada têm diminuído de forma constante. Em 2007, a receita do turismo foi de cerca de 1.500 dólares americanos por chegada. Em 2015, Cabo Verde atingiu o valor mínimo de 800 dólares americanos por entrada.

O sector é pouco diversificado em termos de produtos, operadores e geografia. O país é vendido principalmente como um destino de "sol, mar e areia", ancorado em torno de algumas marcas internacionais, e dependendo de um punhado de operadores turísticos para os fluxos turísticos. Duas das nove ilhas habitadas, Sal e Boa Vista, têm uma quota de mercado de 80 por cento. Como resultado, as pequenas e microempresas locais (que representam 92 por cento das 9.400 empresas de Cabo Verde) não participam suficientemente nos serviços turísticos ou nas cadeias de abastecimento turístico. A dependência excessiva de algumas cadeias hoteleiras internacionais para o turismo também expõe a economia a riscos substanciais.

As repercussões do turismo com tudo incluído para o resto da economia são baixas. Embora os estabelecimentos de alojamento de maior dimensão proporcionem emprego doméstico substancial, todos eles são propriedade de estrangeiros e muitos dos lucros são enviados para o estrangeiro. Inquéritos a grandes estâncias turísticas com tudo incluído indicam que, actualmente, a despesa discricionária média é de apenas 7 a 13 euros por turista e por dia. Normalmente, apenas entre um terço e metade destas despesas tem lugar fora do hotel. Além disso, embora a mão-de-obra seja predominantemente fornecida por nacionais (cerca de 87 por cento em geral), os cargos de gestão ainda são dominados por estrangeiros.

⁸ A maior parte da informação incluída nesta secção é extraída do Diagnóstico Estratégico de País conduzido pelo Banco Mundial em 2018 e do Plano de Desenvolvimento do Turismo do Governo para 2018-2030. (GOPEDS-Turismo).

World Bank Group. 2018. *Republic of Cabo Verde: Adjusting the Development Model to Revive Growth and Strengthen Social Inclusion. Systematic Country Diagnostic*. World Bank, Washington, DC.

República de Cabo Verde. 2019. *Grande Opções do Plano Estratégico de Desenvolvimento Sustentável do Turismo em Cabo Verde (GOPDES-Turismo) (2018-2030)*. Boletim Oficial, I Série, Número 2. January 9, 2019.

As grandes pausadas hotéis importam a maior parte de suas necessidades de alimentos e bebidas. Os hotéis importam um total anual de 26 milhões de euros em peixe, fruta fresca e legumes, e apenas cerca de 20% do peixe e 10% da fruta e legumes são de origem nacional. Os operadores hoteleiros atribuem este facto à falta de volume de produção e fiabilidade das cadeias de abastecimento agrícolas e pesqueiras nacionais, bem como à falta de certificações internacionais aceites de manuseamento e segurança alimentar. A conectividade é outra razão, com zonas de produção agrícola principalmente em ilhas diferentes das ilhas onde os hotéis estão localizados. Apesar do investimento público substancial em infra-estruturas relacionadas com os transportes nos últimos anos, os serviços logísticos inter-ilhas continuam a ser incomportáveis para muitos e são muitas vezes pouco fiáveis, representando um constrangimento significativo para a integração dos mercados locais. A recente privatização do transporte marítimo inter-ilhas pode dar algumas respostas a esta questão.

A capital natural de Cabo Verde está sob forte pressão da construção irresponsável de hotéis e de práticas turísticas insustentáveis. O rápido crescimento do turismo nas ilhas do Sal e Boa Vista está a causar preocupações ambientais e sociais, revelando a actual gestão insustentável do turismo. Além disso, a sobrepesca, a aplicação limitada dos regulamentos ambientais e de construção, a extracção de areia costeira não regulamentada para fins de construção e várias formas de poluição constituem uma ameaça significativa à qualidade do ambiente natural do país. As questões ambientais são particularmente importantes para Cabo Verde, uma vez que a saúde da indústria do turismo depende em grande medida da beleza natural do arquipélago.

4.1.2 Oportunidades

Para além das suas impressionantes praias e dunas de areia, a oferta turística de Cabo Verde é extraordinariamente diversificada. Isso ilustra um sério desafio de marca e marketing para a indústria ir além de seu actual produto único - sol, mar e areia - imagem. Cabo Verde também oferece

recifes de coral para mergulho, um dos três principais locais de nidificação de tartarugas marinhas do mundo, pesca desportiva, desportos aquáticos (incluindo vela, iates, windsurf e kitesurf), caminhadas e trekking em ricos ecossistemas de colinas, exploração de vulcões, observação de aves e canyoning. Da mesma forma, a sua famosa música, festivais e património cultural são relativamente inexplorados como produtos turísticos. Na sua maioria, estes produtos ainda não foram empacotados e promovidos para o mercado turístico internacional.

Um sector turístico diversificado, mais inclusivo e sustentável constitui um dos caminhos mais prováveis de Cabo Verde para o crescimento e a redução da pobreza. Para sustentar o crescimento estável do sector e criar os empregos que são urgentemente necessários para a juventude de Cabo Verde, a natureza, a orientação e a forma de planeamento e investimento futuros no sector do turismo têm de mudar e diversificar. É provável que a diversificação reparta mais amplamente os benefícios pelas ilhas. As previsões do Conselho Mundial de Viagens e Turismo apontam para um potencial de crescimento substancial em termos de valor acrescentado e emprego. O turismo diversificado geraria empregos fora das principais estâncias turísticas e reduziria igualmente a pressão sobre as infra-estruturas de habitação no Sal e em Boa Vista.

Neste contexto, a promoção do ecoturismo está entre as prioridades do Governo para a próxima década. O ecoturismo é geralmente caracterizado como um turismo baseado na natureza, organizado em torno da observação e valorização da natureza e das culturas tradicionais a ela ligadas, envolvendo pequenos grupos de turistas e pequenas empresas locais e diversas de acolhimento. Também minimiza os impactos negativos sobre o ambiente natural e sociocultural. Como tal, é uma das várias soluções para o desafio de desenvolver um turismo mais diversificado, inclusivo e sustentável que o Governo de Cabo Verde identificou.

Cabo Verde já está a desenvolver o ecoturismo. O Governo está a preparar ou a implementar várias iniciativas.

- O Ministério do Turismo e o Fundo de Turismo estão a promover o ecoturismo através de estudos de promoção do ecoturismo para cada área protegida, investimentos em Santo Antão e brevemente em São Nicolau e Fogo, e a elaboração de planos directores de turismo sustentável para cada uma das ilhas do país (financiados pelo Projecto Competitividade para o Desenvolvimento do Turismo).
- - O Programa Uma Família, Um Turista visa desenvolver o turismo rural para reduzir a pobreza rural. O Programa Uma Família, Um Turista vai apoiar as famílias rurais na restauração ou ampliação de suas casas, na oferta de serviços do tipo "bed and breakfast" (cama e pequeno almoço) para os turistas. O programa também promoverá microempresas de turismo local para uma experiência de turismo alternativo, incluindo serviços de restaurante e bar, limpeza, visitas guiadas, serviços de TI e web marketing, trekking, produtos locais, produtos alimentícios e artesanais, transporte, entre outros.
- O projecto BIO-TUR é um projecto de 5 anos (2017-2022) financiado pelo Governo de Cabo Verde, o GEF e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). Tem como objectivo integrar as considerações de biodiversidade no sector do turismo, reforçando simultaneamente a conservação da importante biodiversidade de Cabo Verde através da operacionalização de um novo subconjunto crítico de áreas protegidas.

4.1.3 Elegibilidade para títulos azuis

Ecoturismo pode ser uma área estratégica de investimento para um título azul. Com o seu foco na inclusão social, preservação ambiental e geração de renda, o ecoturismo está muito alinhado com os objectivos de um título azul, desde que haja uma conexão com o ambiente costeiro e marinho. As actividades destinadas a promover o ecoturismo no país poderiam, por conseguinte, ser financiadas

pelos receitas de um vínculo azul, incluindo, por exemplo, a promoção e preservação do capital natural do país (valorização das zonas marinhas protegidas e de sítios naturais e culturais seleccionados, incluindo locais de mergulho e aldeias piscatórias, promoção de práticas de pesca tradicionais); promoção da sustentabilidade ambiental no turismo (selo de garantia ecológica de hotéis, restaurantes e experiências); melhor inclusão de pequenos operadores locais nas cadeias de valor do turismo (através do acesso facilitado ao crédito, formação); e assim por diante.

Uma vez que a preservação do ambiente costeiro e marinho está no cerne da lógica dos títulos azuis, será necessário estabelecer requisitos prévios de sustentabilidade ambiental. Estes pré-requisitos garantirão que as actividades financiadas pelo título azul não prejudiquem o ambiente marinho. Serão específicos aos riscos relacionados com cada investimento elegível. Por exemplo, os investimentos numa zona protegida ou na sua proximidade exigiriam que o plano de gestão da zona protegida adequado estivesse em vigor e fosse eficaz.

O Banco Mundial já está a apoiar o Governo de Cabo Verde no sector do turismo. Em 2016, aprovou um projecto de 5 milhões de dólares, com a duração de 5 anos, destinado a criar as condições necessárias para aumentar o investimento e a diversificação do sector do turismo, nomeadamente através da concepção e implementação de um selo de qualidade para pequenos estabelecimentos de alojamento. Paralelamente, está atualmente a realizar um trabalho analítico centrado na avaliação do potencial para aumentar as ligações entre o turismo e a economia local através de duas vias: uma melhor integração dos produtos locais nas cadeias de valor do turismo e o desenvolvimento de uma oferta de experiências locais que vá além da alimentação e da hospitalidade. O Governo de Cabo Verde e o Banco Mundial poderiam explorar a utilização destes veículos para ajudar a preparar a emissão de um título azul e os investimentos relacionados.

4.1.4 Exemplos de Actividades

O quadro 1 propõe uma lista indicativa de actividades turísticas que podem ser consideradas como investimentos sob um título azul, bem como

pré-requisitos potenciais relacionados. Esta lista é fornecida a título meramente ilustrativo e não pressupõe o resultado dos estudos de viabilidade necessários nem a aprovação dos investimentos correspondentes.

O quadro 1 : Lista indicativa de actividades turísticas e pré-requisitos relacionados.

Domínio de concentração	Exemplos de Actividades	Pre-requisitos
Promoção e preservação do capital natural	Melhoria da experiência turística em áreas protegidas	Plano de gestão da área protegida operacional
	Promoção de locais de interesse (por exemplo, aldeias piscatórias, locais de mergulho, práticas tradicionais de pesca)	- Avaliação de impacto social e ambiental - Plano de gestão da área protegida operacional se estiver dentro ou perto de uma área protegida
Promoção da sustentabilidade ambiental no turismo	Rotulagem ecológica de hotéis, restaurantes e experiências, incluindo a redução e melhoria da gestão da água doce e dos resíduos	Plano de gestão da área protegida operacional se estiver dentro ou perto de uma área protegida
Cadeias de valor do turismo inclusivo	Formação	
	Acesso facilitado ao crédito (por exemplo, fundo rotativo, fundo de garantia)	Dependeria do investimento subjacente

O impacto dos investimentos no turismo sustentável poderia ser medido através de indicadores como a superfície terrestre e marítima sob alguma forma de protecção, a percentagem de ecoturismo no sector do turismo ou a percentagem de hotéis e restaurantes com rótulo ecológico.

4.2 Poluição marinha com plásticos

4.2.1 Contexto e Principais Constrangimentos

A poluição marinha pelo plástico é uma questão mundial e afecta Cabo Verde. Segundo a Scientific American, 8 milhões de toneladas de plástico são despejadas no oceano a cada ano (cerca de um caminhão de lixo por minuto). Os plásticos marinhos afectam os ecossistemas marinhos e os serviços que prestam às cadeias de turismo, pesca, navegação, saúde e alimentação. Além dos danos ambientais, o impacto financeiro é enorme. As ilhas remotas e escassamente povoadas de Cabo Verde não estão isentas da poluição plástica marinha mundial, e as costas norte e leste do arquipélago estão particularmente expostas à lavagem de lixo nas praias.

Os potenciais impactos em Cabo Verde são preocupantes. Os plásticos marinhos estão a pôr em perigo a saúde dos ecossistemas marinhos e costeiros e da população, num país onde a água dessalinizada abastece actualmente 60 por cento da população e dos visitantes e onde o peixe é a principal fonte de proteína. Também estão a afectar a pesca e podem ter repercussões duradouras no turismo se as quantidades crescentes de plástico marinho que se lavam em terra não forem limpas regularmente.

Como em muitos pequenos estados insulares em desenvolvimento, a gestão de resíduos é um problema em Cabo Verde.⁹ A maioria dos 17 aterros existentes é mal controlada, localizada em áreas de valor ambiental ou paisagístico, ou propensa à dispersão de resíduos. O despejo

⁹ Ibid.

indiscriminado causa contaminação do solo, do ar e da água e representa uma ameaça para a saúde ambiental e humana. Além disso, a recolha indiferenciada de resíduos dificulta as oportunidades de reciclagem. A pequena e escassa população limita as economias de escala, o afastamento torna os investimentos mais caros, a disponibilidade de terra adequada para aterros sanitários é limitada, a dependência de bens importados aumenta a quantidade de embalagens e resíduos, e as chegadas de turistas cresceram muito mais rapidamente do que a capacidade de tratamento de resíduos. O Governo estima que produz cerca de 17 mil toneladas de plástico, aproximadamente 10% do total de seus resíduos.¹⁰

No entanto, a maior parte da poluição por plásticos marinhos tem origem no estrangeiro. Evidências anedóticas sugerem que a maioria dos detritos plásticos encontrados nas costas do país vem da indústria pesqueira internacional e dos países costeiros vizinhos da África Ocidental. Uma recente campanha de limpeza reuniu várias toneladas de detritos plásticos em trechos de praia de algumas centenas de metros de largura, mas actualmente não há uma avaliação geral da poluição por plásticos marinhos. Os detritos podem ser empurrados para terra pela corrente das Canárias. O Cabo Verde tem, portanto, pouco controlo sobre a origem do problema para além da cooperação regional e internacional.

4.2.2 Oportunidades

O Governo considera que o sector dos resíduos é estratégico e embarcou num grande plano de transformação. Os seus principais objectivos e metas, bem como um programa de acção, estão definidos em seu Plano Estratégico Nacional de Prevenção e Gestão de Resíduos 2015-2030. A reciclagem de resíduos sólidos é um componente essencial do plano e exigirá a construção de aterros sanitários, unidades de compostagem, unidades de transferência de resíduos e aquisição de equipamentos. O Cabo Verde proibiu a comercialização e utilização de sacos convencionais de plástico em 2017 e prevê aumentar o seu

controlo sobre os plásticos de utilização única num futuro próximo.

Embora a restrição progressiva dos plásticos usados em Cabo Verde seja necessária, são necessárias medidas adicionais para limitar e eliminar os plásticos marinhos que se lavam em terra, dada a natureza transfronteiriça da poluição por plásticos no país. Para além das medidas internas destinadas a proibir progressivamente a utilização de plásticos desnecessários, Cabo Verde terá de investir na limpeza regular dos seus mares e praias, no transporte e armazenamento dos resíduos plásticos e na reciclagem, tanto quanto possível. Já estão a emergir iniciativas no país, que vão desde limpezas ad hoc de praias por organizações locais à reciclagem de plásticos, mas que teriam de ser ampliadas para corresponder à amplitude do problema.

4.2.3 Elegibilidade para títulos azuis

A proliferação de plásticos marinhos é uma preocupação mundial crescente e um título azul poderia ser usado para a combater em Cabo Verde. Teria claros benefícios ambientais marinhos, tanto a nível local como global, poderia incluir investimentos geradores de receitas, e certamente atrairia investidores de impacto internacional, cuja consciência sobre esta questão está a crescer rapidamente. Os investimentos poderiam incluir reciclagem, reutilização e transformação de plásticos, investigação e desenvolvimento para promover alternativas aos plásticos de uso único, recolha e armazenamento de resíduos, sensibilização, campanhas de limpeza, apoio à elaboração de políticas, etc. O título azul também poderia apoiar a exploração de novas oportunidades de negócio na reciclagem e reciclagem de resíduos, incluindo o plástico.

O impacto dos investimentos em plásticos marinhos poderia ser medido através de indicadores, incluindo o volume de plásticos recolhidos e reciclados, a utilização nacional de plásticos de utilização única ou as iniciativas empresariais inovadoras apoiadas pelo título azul.

¹⁰ Governo do Cabo Verde. 2017. *Plano Estratégico de Prevenção e Gestão de Resíduos (PENGeR)*.

4.3 Pescas

4.3.1 Contexto e Principais Constrangimentos

A pesca é um sector-chave da economia nacional. Embora a própria pesca contribua apenas com cerca de 1 por cento para o PIB, a transformação do pescado representa cerca de 7 por cento do PIB e o seu impacto no emprego (cerca de 10.000 empregos, mas faltam estatísticas recentes fiáveis) e a segurança alimentar torna-o um sector estratégico para o Governo. O subsector de processamento (principalmente atum enlatado e lombos de atum) está bem desenvolvido e proporciona uma parte significativa dos postos de trabalho do sector e cerca de 80 por cento das exportações de produtos do país.¹¹ A frota nacional é constituída por um sector artesanal e um sector semi-industrial e visa o atum, pequenos pelágicos e recursos demersais. O Cabo Verde também concede acesso à sua zona económica exclusiva a frotas estrangeiras de espécies altamente migratórias como o atum, principalmente a navios de pesca franceses, portugueses e espanhóis, ao abrigo de um acordo com a União Europeia.

A pesca costeira está ameaçada por condições difíceis e práticas insustentáveis. A produtividade da pesca costeira de Cabo Verde, alvo da frota nacional, é baixa devido à estreita plataforma continental. Os pesqueiros são pequenos, dispersos e sensíveis à exploração. As condições adversas tornam a pesca nas águas costeiras difícil. Além disso, a diminuição das capturas revela uma provável sobreexploração de muitas espécies costeiras que é agravada por uma gestão insuficiente da pesca, baixos níveis de cumprimento e uma vigilância ineficaz.

As cadeias de valor da pesca nas pescarias nacionais continuam subdesenvolvidas. A contribuição do sector para a economia é limitada pela falta de infra-estruturas, incluindo fábricas de gelo, câmaras frigoríficas, transportes frigoríficos e mercados. O mercado interno é limitado e disperso

pelas nove ilhas habitadas e o aumento dos preços do peixe reduziu o consumo local de peixe.¹² O mais importante ainda, as cadeias de valor da pesca não integraram as cadeias de valor do turismo, sobretudo por falta de práticas adequadas de manuseamento do pescado e de oportunidades de comercialização. Como resultado, estima-se que apenas cerca de 20 por cento do consumo de peixe de hotel é comprado localmente, embora o peixe local custe cerca de um terço do preço do peixe importado e tenda a ser de maior qualidade. Por último, o mercado de exportação está principalmente direccionado para a União Europeia, para a qual os critérios de qualidade são rigorosos e poucas instalações têm as aprovações necessárias. A resultante falta de concorrência, com duas grandes fábricas de conservas que representam 80 por cento das exportações de produtos da pesca, parece criar distorções de preços para os pescadores.

4.3.2 Oportunidades

Diversificar e expandir as cadeias de valor dos produtos do mar poderia ser uma estratégia de desenvolvimento inclusiva e promissora. Os pescadores artesanais de pequena escala estão entre os segmentos mais pobres da população e não beneficiam do crescimento da indústria do turismo. A melhoria das ligações entre as cadeias de valor dos produtos do mar e do turismo doméstico poderia ser uma alavanca para um crescimento mais inclusivo. Se os hotéis comprassem uma proporção maior de peixe localmente, isso provavelmente aumentaria as receitas dos pescadores locais, pouparia aos hotéis despesas consideráveis todos os anos e melhoraria a experiência turística. Isto é actualmente limitado pelas assimetrias de informação relacionadas com os volumes de procura e o preço ao longo da cadeia de valor, bem como pelos padrões de qualidade e segurança alimentar ainda não cumpridos. Do mesmo modo, a promoção de produtos do mar de nicho e o investimento em infra-estruturas de exportação para o mercado da União Europeia poderiam permitir aos pescadores diversificar a sua comercialização e receber um prémio de preço pelas suas capturas.

¹¹ União Europeia. 2018. *Estudo de Avaliação Ex-post e Ex-ante do Acordo de Parceria no domínio da Pesca Sustentável entre a União Europeia e a República de Cabo Verde.*

¹² Ibid.

A transferência do esforço de pesca das águas costeiras próximas para águas costeiras intermédias ou de alto mar ou outras actividades poderia contribuir para beneficiar os pescadores e os ecossistemas marinhos. O declínio das unidades populacionais nas águas costeiras contribui para a diminuição da produtividade económica da pesca artesanal. É também um sinal de sobreexploração destas pescarias. A promoção da substituição de pequenas embarcações artesanais que exercem a pesca dirigida a espécies depauperadoras por embarcações maiores e mais modernas, capazes de pescar mais longe e durante mais tempo, promoveria a preservação da pesca costeira e a pesca dirigida a espécies de valor mais elevado. O apoio à reconversão de algumas das embarcações artesanais para actividades turísticas e a formação dos pescadores para entrarem no sector do turismo poderiam obter resultados semelhantes.

Estas estratégias de desenvolvimento da pesca exigiriam medidas de gestão das pescas fortes e eficazes. Expandir as cadeias de valor dos frutos do mar aumentaria o preço do peixe vendido. Para evitar os impactos negativos da criação desse sinal de preço, será necessário limitar o esforço de pesca através de medidas adequadas de gestão das pescas e de vigilância. Do mesmo modo, a abertura de novas pescarias só ajudará a reconstituir as unidades populacionais de peixes sobreexploradas se o número de navios autorizados a pescar estas unidades populacionais for limitado e decrescente. As medidas de gestão conexas deverão, pois, ser aplicadas. Com uma produção de peixe limitada, os investimentos nas cadeias de valor terão também de ser limitados e estes deverão ser determinados através de avaliações da capacidade de carga.

4.3.3 Elegibilidade para títulos azuis

Com as medidas adequadas de gestão das pescas em vigor, esses investimentos poderiam ser adequados para uma obrigação azul. O sector das pescas é um pilar da economia azul e a sua sustentabilidade, rentabilidade e inclusividade serão provavelmente fundamentais para a sua estratégia de desenvolvimento em Cabo Verde. Os investimentos nas cadeias de valor da pesca ajudam

a construir a adesão em torno de medidas de gestão das pescas mais rigorosas e podem ajudar a compensar qualquer perda de acesso. Estas medidas de gestão são inevitáveis para garantir a preservação do ambiente costeiro e marinho e a sustentabilidade de qualquer investimento nas cadeias de valor relacionadas. Esta combinação de preservação do ambiente, redução da pobreza e geração de receitas tornaria este investimento atraente para os investidores em títulos azuis.

O Governo de Cabo Verde e o Banco Mundial já se associaram para preparar o terreno para tais investimentos. Entre 2009 e 2016, o Banco Mundial financiou um projecto de 8 milhões de dólares em Cabo Verde, conhecido como Programa Regional das Pescas da África Ocidental - Cabo Verde (Programa Regional das Pescas em África do Oeste - PRAO-CV) e parte do Programa Regional das Pescas da África Ocidental (WARFP). O objectivo do projecto foi reforçar a capacidade de Cabo Verde para governar e gerir pescarias específicas, reduzir a pesca ilegal e aumentar o valor acrescentado local dos produtos da pesca. As suas principais realizações incluíram a redução das actividades de pesca ilegal, a adopção de uma nova Carta de Política Sectorial em 2014, o registo completo dos navios de pequena escala, o reforço da capacidade de inspecção nacional através de um sistema de monitorização de navios em funcionamento e de inspectores recém-recrutados e formados que estão agora na folha de pagamentos do Governo, e um sistema de vigilância participativa através de estações de vigilância costeira. O projecto também lançou as bases para a co-gestão das pescas, que é agora assumida pelo Governo no âmbito do projecto BIO-TUR financiado pelo PNUD/GEF.

4.3.4 Exemplos de Actividades

O Quadro 2 propõe uma lista indicativa das actividades de pesca que podem ser consideradas como investimentos ao abrigo de um título azul, bem como dos potenciais pré-requisitos conexos. Esta lista é fornecida a título meramente ilustrativo e não pressupõe o resultado dos estudos de viabilidade necessários nem a aprovação dos investimentos correspondentes.

Quadro 2: Lista indicativa de actividades de pesca e pré-requisitos relacionados

Domínio de concentração	Exemplos de Actividades	Exemplos de Actividades
Cadeias de valor do turismo inclusivo	Análise da procura para melhor compreender o mercado do turismo	
	Cadeia de frio (armazenagem frigorífica, transporte refrigerado)	Plano operacional de gestão da pesca Análise de demanda concluída Avaliação da capacidade máxima de carga para investimento
	Infra-estruturas de marketing específicas (por exemplo, mercados, centrais de compras)	Plano operacional de gestão da pesca Análise de demanda concluída Avaliação da capacidade máxima de carga para investimento
Promoção de produtos do mar de nicho e exportações	Rotulagem das práticas de pesca sustentáveis e tradicionais	Plano operacional de gestão da pesca Sustentabilidade definida no respectivo plano de gestão
	Construção e/ou certificação de instalações de transformação de exportação para a União Europeia	Avaliação da capacidade máxima de carga para investimentos no sector pós-colheita Plano operacional de gestão da pesca
	I&D para a inovação em pós-colheita e comercialização	Avaliação da capacidade máxima de carga para investimentos no sector pós-colheita Plano operacional de gestão da pesca
Deslocar o esforço de pesca para longe das águas costeiras	Remodelação dos navios de pesca do atum com palangre	Plano de gestão da frota e quadro de licenciamento da pesca para as pescarias de origem e destino operacionais Plano de gestão da pesca interna do atum operacional Sustentabilidade das unidades populacionais de atum Associar o crescimento do sector de serviços e processamento
	I&D para pescarias subexploradas ou não exploradas	Promulgada a política e a regulamentação relativas às pescarias novas e emergentes
	Remodelação de navios para pescarias subexploradas ou não exploradas	Plano de gestão da frota e quadro de licenciamento da pesca operacional para as pescarias de origem e de destino Mecanismo em vigor para a I&D das pescarias inexploradas
Apoiar as transições para o turismo e outros sectores	Formação turística para pescadores	
	Remodelação de embarcações para turismo	Plano de gestão da frota operacional para a pesca de origem

O impacto dos investimentos na pesca pode ser medido por indicadores, incluindo a parte da reconstituição das principais espécies, o rácio entre o preço no consumidor e o preço das capturas desembarcadas, o número de planos de gestão da pesca aplicados, a capacidade de pesca numa dada pescaria ou a proporção de capturas desembarcadas no regime de rotulagem.

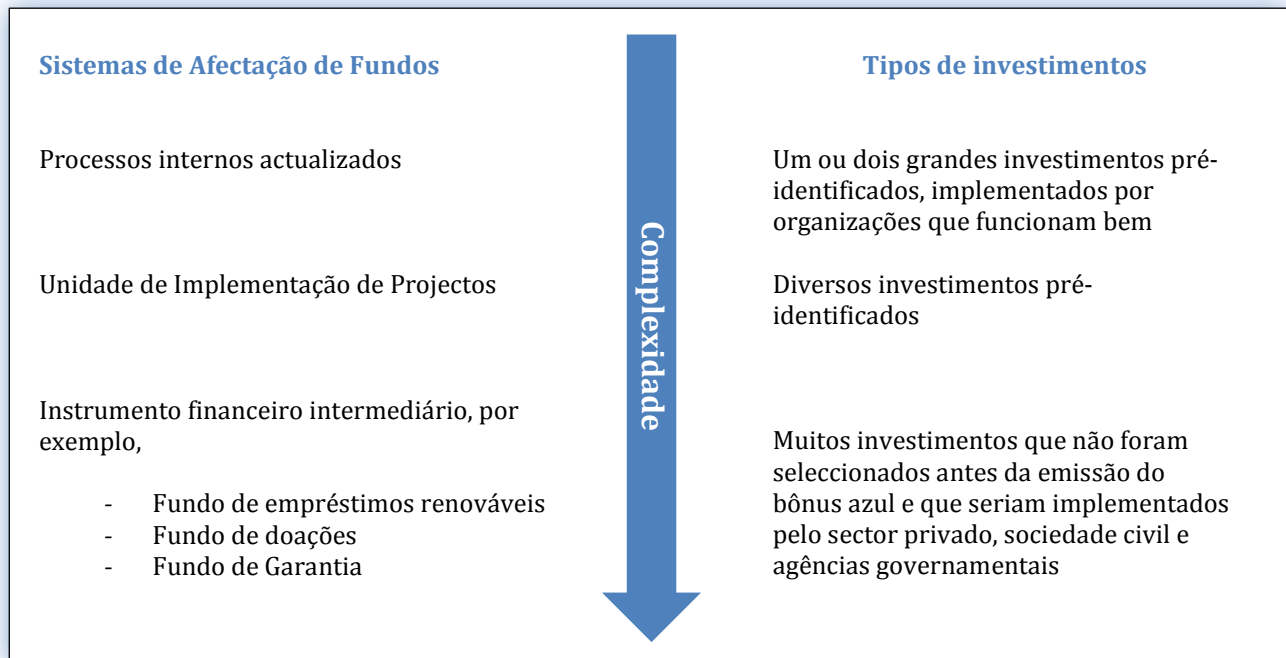
5 Possíveis arranjos para a canalização de receitas de título azul

Deve ser criado um sistema adequado de canalização de fundos antes da colocação do título azul. Uma vez que o título azul é colocado e as suas receitas estão nas mãos do Governo, estas receitas terão de ser canalizadas para os utilizadores finais. Dependendo do tipo de investimentos apoiados pelo título azul, esta canalização pode assumir diferentes formas de complexidade variada. A complexidade do sistema de canalização afetará, por conseguinte, a preparação do sistema global de títulos azuis, e a concepção das actividades e do sistema de canalização de fundos deve ser cuidadosamente considerada à luz do calendário desejado para a emissão do título azul. Esta secção visa dar uma ideia dos sistemas habituais de canalização e gestão

de fundos que podem ser utilizados para as receitas dos títulos azuis em Cabo Verde.

Vários tipos de acordos institucionais poderiam ser concebidos para canalizar os fundos. A Figura 1 lista-os num gradiente de complexidade e mostra que tipos de investimentos poderiam corresponder a cada tipo de sistema de canalização. Eles são descritos com mais detalhes abaixo. Esta é uma visão simplificada dos acordos institucionais: o Governo de Cabo Verde pode escolher um sistema diferente ou um sistema que combine vários dos acordos propostos. O sistema de canalização de fundos também deve ser aceitável para os investidores, incluindo potenciais doadores.

Figura 1: Diferentes Tipos de Sistemas de Canalização de Fundos e Investimentos Relacionados



5.1 Processos Internos Atualizados

O arranjo institucional mais básico seria actualizar a gestão financeira existente e os processos de desembolso para contabilizar o uso dos rendimentos dos títulos azuis

Essa actualização provavelmente seria necessária para incluir requisitos específicos de investidores e instituições financeiras parceiras (como o Banco Mundial) para atender aos padrões internacionais de gestão financeira, social e ambiental, entre

outros. Esse simples arranjo de implementação exigiria apenas ajustes directos durante o processo de preparação dos títulos azuis e certamente contribuiria para uma emissão mais rápida de títulos. Seria adequado se o título azul fosse para financiar um número muito limitado de grandes investimentos (normalmente um ou dois) e se esses investimentos fossem implementados por organizações de alta capacidade.

5.2 Unidade de Execução do Projecto

Poderia ser criada uma unidade de execução específica para canalizar as receitas dos títulos azuis e realizar os investimentos em colaboração com os beneficiários. Este arranjo padrão de implementação para projectos financiados por doadores permite uma centralização das funções administrativas necessárias para o uso dos recursos dos títulos azuis (gestão financeira, aquisição, desembolso, gestão ambiental e social, auditoria, monitoramento e avaliação, relatórios, etc.). Seria muito provavelmente criada uma unidade de execução do projecto se vários investimentos fossem financiados com as receitas dos títulos azuis ou se os beneficiários não tivessem capacidade para cumprir os requisitos dos investidores em termos de gestão de fundos e de execução do projecto. A criação de uma unidade de execução do projecto exigiria mais tempo do que a actualização dos processos internos, uma vez que exigiria a designação ou contractação de pessoal, a procura de escritórios, a abertura de contas, a definição de procedimentos, etc. Além disso, o ritmo de execução de muitas actividades por uma unidade de execução do projecto é frequentemente mais lento do que o previsto durante os primeiros anos do projecto, devido ao processo de aprendizagem e a obstáculos imprevistos. Isto abrandaria o desembolso das receitas dos títulos azuis.

A experiência de Cabo Verde em Unidades de Implementação de Projectos pode ser valiosa. Cabo Verde utiliza regularmente Unidades de Implementação de Projectos para projectos financiados por doadores, incluídos no caso dos projectos financiados pelo Banco Mundial. O Governo criou Unidades de Gestão de Projetos

Especiais (UGPE) em vários ministérios para implementar projectos financiados por diferentes doadores. Cumprem os padrões fiduciários dos investidores internacionais. Foram igualmente criadas unidades de execução de projectos específicos, como a unidade de gestão de projectos BIO-TUR da Direcção Nacional do Ambiente, que gere actualmente o projecto BIO-TUR. No passado, a unidade PRAO-CV foi criada no âmbito do Ministério do Ambiente, Desenvolvimento Rural e Recursos Marinhos para implementar a componente Cabo Verde do Programa Regional das Pescas da África Ocidental.

5.3 Linhas Especiais de Crédito

Linhas especiais de crédito - dos quais fundos rotativos, fundos de subsídios ou fundos de garantia - também podem ser usadas para canalizar os rendimentos do título azul para os beneficiários. Essas linhas, uma vez recebidas analisadas e aprovadas as propostas de projectos, concedem financiamento (empréstimos, subvenções ou garantias) aos beneficiários. Podem funcionar com base num convite à apresentação de propostas ou numa base rotativa. As propostas devem satisfazer determinados critérios que podem incluir o sector, o beneficiário, a dimensão da empresa ou do projecto, etc., para além dos critérios mais clássicos de impacto e solidez financeira e económica.

- Um **fundo rotativo** é uma facilidade que concede empréstimos a beneficiários a um custo potencialmente inferior ao do mercado local em troca de prioridades de desenvolvimento específicas. Quando o mutuário reembolsa o capital e os juros, os reembolsos podem então ser usados para financiar projectos adicionais, permitindo assim que o capital gire. Os fundos rotativos são, portanto, sustentáveis para além da duração do projecto inicial e podem mesmo crescer ao longo do tempo se a taxa de juro for suficientemente elevada.
- - Um **fundo de doação** oferece subvenções aos seus beneficiários, geralmente com base num convite à apresentação de

propostas. Estas subvenções podem ser utilizadas para financiar actividades que não geram receitas monetárias a curto prazo ou cujos benefícios são públicos. O número de subsídios disponíveis é limitado pelo seu tamanho e pela capitalização inicial do fundo, e o fundo de subsídios fecha quando o capital é esgotado.

- Um **fundo de garantia** proporciona aos mutuantes (por exemplo, bancos comerciais locais) uma atenuação do risco de crédito de terceiros com o objectivo de aumentar o acesso ao crédito por parte das micro, pequenas e médias empresas (MPME). No caso de uma garantia parcial de crédito (GPC), esta mitigação do risco ocorre através da absorção de uma parte das perdas do credor sobre os empréstimos feitos às MPMEs em caso de incumprimento, normalmente em troca de uma taxa. Um fundo de garantia pode ser um instrumento político fundamental para aliviar as restrições de financiamento das MPME, bem como para melhorar a informação disponível sobre os mutuários das MPME e reforçar a capacidade de concessão de crédito e de gestão do risco dos mutuantes.

O uso de tais linhas financeiras permite maior flexibilidade na conexão do projecto do título azul. Como os fundos rotativos, os fundos de subvenção e os fundos de garantia analisam continuamente as propostas de projectos que emanam de potenciais beneficiários, eles não exigem a identificação dos investimentos a serem financiados pelo título azul antes que ele seja colocado. Eles também dão acesso ao financiamento do "Blue Bond" a uma gama maior de potenciais beneficiários. Uma vez que analisariam os projectos segundo critérios "azuis", ajudariam também a promover o desenvolvimento da economia azul entre o sector privado e a sociedade civil.

No entanto, estas linhas financeiras exigem mais trabalho a montante. O(s) fundo(s) seleccionado(s) deve(m) ser criado(s) de forma legal e administrativa. Os critérios de empréstimo,

subvenção ou garantia teriam de ser acordados antes da colocação do título azul, o que inclui os sectores de intervenção, as actividades elegíveis dentro dos sectores, os pré-requisitos ambientais e sociais, o perfil aceitável dos beneficiários, entre muitos outros. Além disso, teriam que ser acordados procedimentos para: a apresentação de propostas, sua revisão técnica e financeira e sua selecção; o desembolso de fundos; o monitoramento e avaliação; a aplicação de salvaguardas ambientais e sociais; a elaboração de relatórios, e assim por diante.

Vários fundos semelhantes já existem em Cabo Verde:

- O **Fundo de Ambiente** é financiado por uma taxa sobre embalagens não degradáveis que gera cerca de 8 milhões de dólares americanos por ano. Gerido pelo Ministério do Ambiente, financia projectos que contribuem para a preservação geral do ambiente em Cabo Verde. Cerca de 60% das receitas são transferidas para os municípios, 10% para a sociedade civil e o sector privado e 30% para o Ministério do Ambiente.
- O **Fundo de Sustentabilidade Social para o Turismo** é financiado por uma taxa sobre noites de hotel que gera cerca de 11 milhões de dólares anuais, com um crescimento anual actual de cerca de 10%. Gerido pelo Ministério do Turismo, financia projectos nos níveis central e municipal. Os projectos são seleccionados com base em propostas, com um processo de selecção voltado para as actuais fragilidades do turismo.
- Um sistema de garantia mútua de crédito, o CVGarante, foi lançado em 2010, mas tem sido altamente ineficaz. Em resposta, o Governo está actualmente a criar um novo **fundo público de garantia de crédito** (ProGarante) com o apoio do Banco Mundial. Seria possível criar uma "janela azul" dentro do esquema para estimular a concessão de empréstimos para sub-servir os subsectores da economia azul, reduzindo ao mesmo tempo o seu custo.

Os bancos comerciais poderiam também servir de intermediários para as receitas dos títulos azuis, tendo alguns desempenhado um papel semelhante no passado. Os bancos comerciais, no entanto, muitas vezes não têm capacidade para avaliar a

pesca ou outros investimentos azuis por razões técnicas, uma questão que muitas vezes levou a um mau desempenho financeiro do sector no passado. A criação de um comité específico que procederia à análise técnica das propostas seria fundamental.



Conclusão e etapas seguintes

Cabo Verde pode considerar a possibilidade de emitir um título azul para financiar o desenvolvimento da sua economia azul. O Governo está progressivamente a adoptar uma abordagem de economia azul, com vista a contribuir para o crescimento e a redução da pobreza, preservando simultaneamente o seu capital natural crítico. Ao mesmo tempo, Cabo Verde está a passar de um estatuto de baixo rendimento para um estatuto de rendimento médio, afastando-se assim do financiamento concessional. Um dos desafios de curto prazo para o país será, portanto, financiar o desenvolvimento da sua economia azul, e terá de explorar mais opções de financiamento baseadas no mercado. O objectivo deste relatório é explorar a viabilidade de um título azul, uma das alternativas de financiamento mais inovadoras.

O relatório conclui que a emissão de uma obrigação azul seria uma opção viável e interessante para Cabo Verde - com os seus próprios méritos e limitações. Com o montante certo (10 a 15 milhões de dólares) e a taxa certa (perto do intervalo de 3-4 por cento), um título azul seria um instrumento adequado para apoiar a estratégia de Cabo Verde de diversificar as fontes de empréstimo, antecipando a transição do empréstimo concessional para o não concessional. O título azul seria um exercício de desenvolvimento para Cabo Verde e introduziria o país a investidores sustentáveis. Ao emitir um título azul, Cabo Verde também ajudaria a construir este mercado, uma vez que apenas um título azul soberano foi emitido no passado recente, pelas Seicheles, principalmente focado nas pescas. Embora as potenciais características de melhoria do crédito pudessem reduzir o custo de um título azul em comparação com um título simples de baunilha, a emissão suportaria inevitavelmente uma taxa de juro mais elevada e uma maturidade mais curta do que o financiamento concessional. Além disso, aumentaria ligeiramente o endividamento de Cabo

Verde, um dos países mais fortemente endividados da África Subsariana, tal como qualquer empréstimo, quer doméstico quer concessional. Neste contexto, a emissão de um título azul deve ser coordenada cuidadosamente para assegurar a sustentabilidade da dívida e evitar a exclusão de outras necessidades de financiamento prioritárias do país.

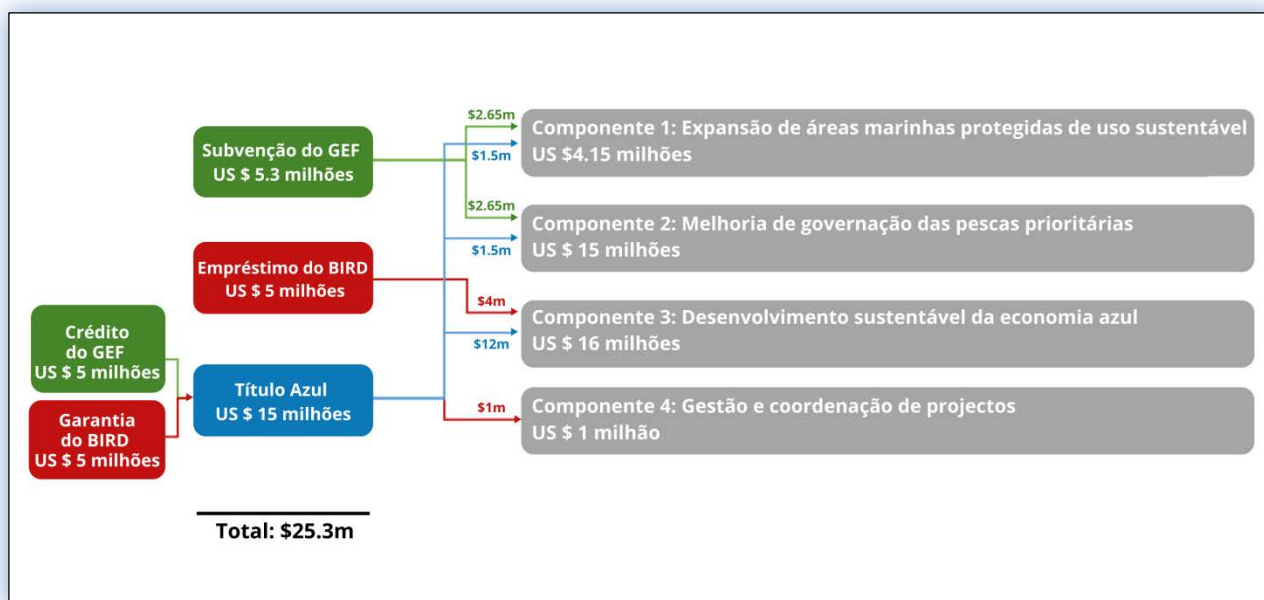
São necessárias várias etapas para que Cabo Verde possa emitir um título azul. O Governo está actualmente a preparar vários documentos necessários para operacionalizar a sua estratégia de economia azul, incluindo um plano de investimento. Este plano será essencial para definir melhor as necessidades de investimento e identificar o que um título azul poderia financiar. Uma vez que Cabo Verde exigiria características de melhoria do crédito para baixar a taxa do título azul, tal como uma garantia, teria de fazer parceria com uma ou várias instituições financeiras internacionais capazes de oferecer essas características, ajudar no processo de emissão de títulos e preparar um projecto de investimento subjacente. Além disso, um dos pré-requisitos para a emissão de um título azul é que as medidas de gestão dos recursos naturais - e os procedimentos de monitorização e verificação relacionados - estejam em vigor para garantir que quaisquer investimentos apoiados pelo título tragam benefícios para o ambiente marinho (ver Secções 2.2 e 4). Cabo Verde terá de definir as medidas de gestão necessárias em conformidade com os investimentos previstos e implementá-las antes que o título azul possa desembolsar os seus rendimentos. Há três passos seguintes a serem dados por Cabo Verde para preparar a emissão de um título azul: priorização dos investimentos; parceria com uma instituição financeira para preparar um projecto, a emissão de títulos e as características de melhoria do crédito; e concepção e implementação das medidas de gestão dos recursos naturais.

Anexo A - Utilização dos produtos do Blue Bond nas Seicheles

1. Concepção do Projecto¹³

Nas Seicheles, o financiamento de 15 milhões de dólares do Blue Bond foi integrado num projecto de investimento preparado pelo Governo das Seicheles com o apoio do Banco Mundial. O título azul tornou-se uma das fontes de financiamento do SWIOFish3, juntamente com um empréstimo de 5 milhões de dólares do BIRD e uma doação de 5,3 milhões de dólares do GEF. Paralelamente, o título azul beneficiou de características de reforço do crédito: uma garantia de 5 milhões de dólares do BIRD e um crédito concessional de 5 milhões de dólares do GEF (ver figura A.1).

Figura A.1: Fluxo de Fundos do Financiamento SWIOFish3



A SWIOFish3 está a apoiar o Governo das Seicheles na consecução do seu duplo objectivo de conservação dos recursos marinhos e expansão das cadeias de valor dos produtos do mar. As cadeias de valor dos produtos do mar são uma pedra angular da estratégia da economia azul do país e espera-se que a sua expansão proporcione um crescimento a longo prazo e resiliente, emprego e segurança alimentar, sendo o foco da Componente 3 do projecto. No entanto, este desenvolvimento não será sustentável se a base de recursos marinhos não for devidamente gerida, o que é apoiado pelas Componentes 1 e 2. Uma vez que a gestão dos recursos marinhos e costeiros se traduzirá potencialmente num acesso reduzido aos recursos, a Componente 3 compensa igualmente os pescadores por qualquer perda de acesso e promove a adesão às medidas de gestão. Como tal, as Componentes 1, 2 e 3 estão intimamente ligadas.

A SWIOFish3 criou um Fundo de Subvenções Azul e um Fundo Azul de Investimento para contribuir para este duplo objectivo. Estes dois fundos são capitalizados com o produto do título azul. As actividades elegíveis para o Fundo de doações azuis contribuem para a expansão da rede de áreas marinhas protegidas de uso sustentável no âmbito da Componente 1 e para a gestão das pescas no âmbito da Componente 2. O Fundo azul de investimento foi criado como um fundo rotativo para conceder empréstimos comerciais a projectos destinados a expandir de forma sustentável as cadeias de valor de produtos do mar no Componente 3.

¹³ Ver o Documento de Avaliação de Projeto do SWIOFish3 para obter mais informações.

2. Componentes e Actividades do Projecto

Componente 1: Expansão das áreas marinhas protegidas de uso sustentável (4,15 milhões de dólares americanos, incluindo 2,65 milhões de dólares do GEF e 1,5 milhão de dólares do título azul). Esta componente do projecto apoia o Governo das Seicheles na implementação do seu compromisso de proteger uma parte crescente do seu espaço marítimo. Baseia-se no exercício de ordenamento do espaço marítimo que o Governo das Seicheles está a realizar através de um processo científico e consultivo. Este exercício identificou 15 por cento da zona económica exclusiva como áreas de biodiversidade média e outros 15 por cento como áreas de biodiversidade elevada. As áreas de biodiversidade média permitem algumas actividades económicas geridas de forma sustentável, incluindo a pesca e o turismo, e serão consideradas "zonas marinhas protegidas de utilização sustentável". Elas são o foco do Componente 1. As zonas de elevada biodiversidade são geridas sob uma protecção mais rigorosa e são apoiadas por um projecto paralelo financiado pelo GEF e pelo PNUD.

- O sub-componente 1.1 expande a cobertura de áreas marinhas protegidas de uso sustentável por meio de pesquisas, elaboração de planos de manejo relacionados e regulamentos específicos, e consultas para revisar periodicamente seu zoneamento.
- O sub-componente 1.2 reforça a gestão eficaz destas zonas marinhas protegidas de utilização sustentável através de investimentos específicos em comunicação, reforço das capacidades, controlo e vigilância, investigação ambiental e recolha de dados e promoção de práticas mais sustentáveis.
- Aproximadamente 10% dos recursos do título azul são canalizados através do Fundo de subvenções Azuis para fortalecer a rede de áreas marinhas protegidas de uso sustentável (Subcomponente 1.3). Uma lista de actividades elegíveis é proposta no quadro A.1.

Componente 2: Melhoria da governação das pescas prioritárias (4,15 milhões de dólares americanos, incluindo 2,65 milhões dólares americanos do GEF e 1,5 milhões dólares americanos do título azul). Esta componente do projecto tem um maior enfoque na gestão das pescas a nível nacional.

- O Subcomponente 2.1 apoia a finalização e a implementação dos planos de gestão das pescas do Planalto Mahé e de Praslin, os mais importantes instrumentos de gestão das pescas do país. Isto implica comunicação, capacitação, controlo e vigilância, investigação ambiental e recolha de dados, promoção de práticas mais sustentáveis e diversificação económica. Paralelamente, ajuda a preparar e implementar outros planos de gestão das pescas, incluindo a pesca do pepino marinho e do atum a nível nacional, cobrindo assim mais de 90 por cento das pescarias em valor e volume. Também prepara e implementa um plano de gestão e desenvolvimento da frota e presta assistência técnica à associação de pescadores para melhorar a sua participação na gestão das pescas.
- A sub-componente 2.2 consolida as estatísticas existentes sobre pescas e ambiente marinho através do desenvolvimento de um sistema de gestão da informação sobre pescas e fornecendo formação específica aos estatísticos governamentais. Melhora igualmente o controlo económico das pescas, financiando a assistência técnica e a formação e os custos operacionais da nascente Unidade de Informação Económica das Pescas e concebendo e criando uma conta económica satélite para as pescas.
- A sub-componente 2.3 reforça a capacidade do país para gerir o seu sector das pescas através de uma revisão e actualização do quadro institucional das pescas, da elaboração de uma nota de política do

sector das pescas, da avaliação do actual apoio público ao sector e da capacitação e assistência técnica ad hoc para as entidades públicas relevantes.

- Aproximadamente 10% das receitas do título azul são canalizadas através do Fundo de de subvenções azuis para contribuir para a gestão destas pescas (subcomponente 2.4). Uma lista das actividades elegíveis é proposta no quadro A.2

Componente 3: Desenvolvimento sustentável da economia azul (16 milhões de dólares americanos, incluindo 4 milhões de dólares americanos do BIRD e 12 milhões de dólares americanos do título azul). A Componente 3 ajuda a financiar o desenvolvimento sustentável da economia azul das Seicheles e apoia a criação de valor acrescentado nos sectores da aquicultura, da pesca industrial, semi-industrial e artesanal e da transformação. Os fundos do BIRD são utilizados nas subcomponentes 3.1 a 3.4 para melhorar o ambiente propício ao desenvolvimento da economia azul e gerar uma reserva de investimentos. Um Fundo Azul de Investimento foi criado ao abrigo da Subcomponente 3.5 com os rendimentos dos títulos azuis para conceder empréstimos para esses investimentos.

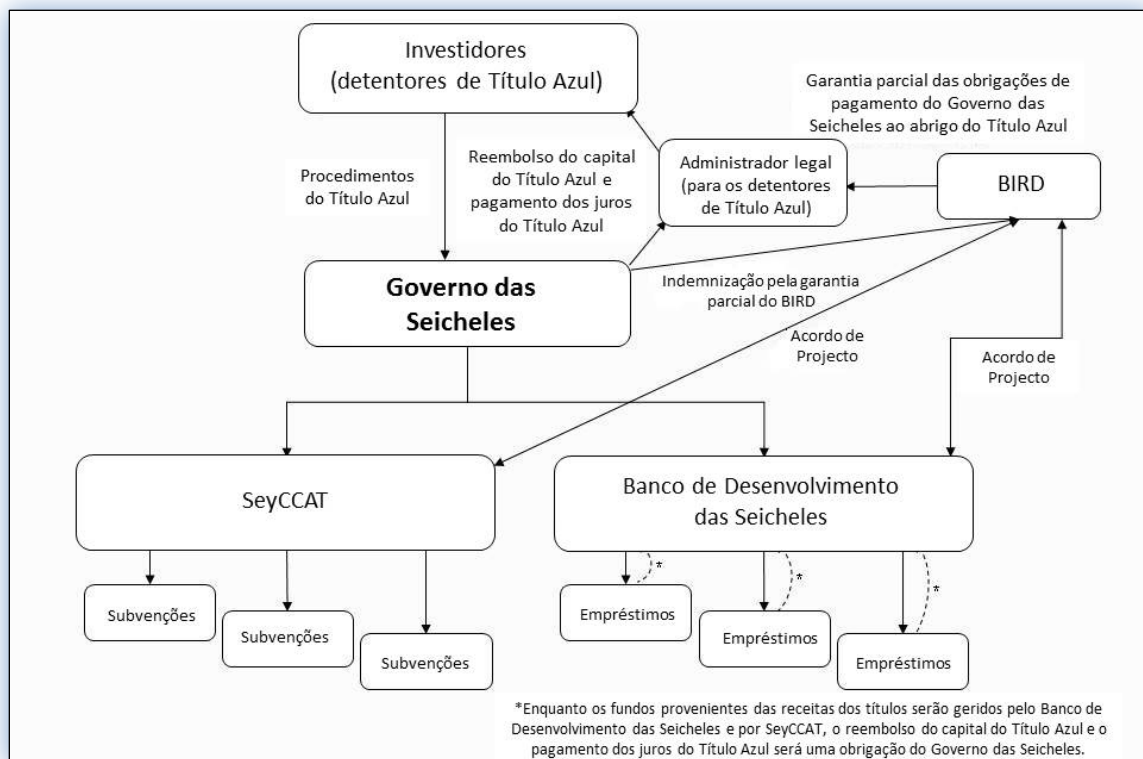
- O sub-componente 3.1 facilita a expansão das cadeias de valor dos produtos do mar e promove sinergias com outras cadeias de valor (por exemplo, o turismo), nomeadamente através de estudos específicos (identificação de oportunidades), reforço das capacidades dos pescadores e operadores e investimentos em iniciativas lideradas por pescadores artesanais (incluindo uma inovadora casa de leilão de peixe e um sistema de rotulagem para a pesca artesanal sustentável).
- A sub-componente 3.2 reforça o ambiente propício aos investimentos locais no sector da aquicultura (avaliações do impacto ambiental e social, reforço das capacidades, cursos de formação e planos de desenvolvimento do capital humano a longo prazo).
- A subcomponente 3.3 financia estudos e assistência técnica para melhorar os mecanismos de planeamento e tomada de decisão relacionados aos investimentos na economia azul. - Em especial, financia os diferentes estudos de viabilidade associados a actividades elegíveis ao abrigo do Fundo Azul de Investimento. Também desenvolve a compreensão do papel das mulheres e dos jovens no sector e propõe e implementa estratégias para colmatar quaisquer disparidades de género ou idade. Além disso, desenvolve e implementa políticas e normas para melhorar o recrutamento e retenção de tripulantes e skippers locais, com vista a melhorar as condições de trabalho e a atractividade dos empregos no mar para os habitantes das Seicheles, incluindo mulheres e jovens.
- O Subcomponente 3.4 aumenta a capacidade das Seicheles de exportar os seus produtos do mar, investindo em sua capacidade de monitoramento sanitário e fitossanitário (programa de monitoramento, treinamento, equipamentos e assistência técnica).
- Subcomponente 3.5: aproximadamente 80 por cento das receitas do título azul são canalizadas através do Fundo azul de investimento para financiar investimentos privados e públicos destinados a facilitar a implementação do plano de gestão das pescas do Planalto Mahé e a transição de um acesso aberto para uma pesca mais controlada. Estes investimentos incluem oportunidades de negócio alternativas para os pescadores na cadeia de valor dos produtos do mar, a reestruturação da capacidade de pesca e a reconstituição das unidades populacionais de peixes. Para evitar que estes investimentos criem um sinal de preço que aumentaria a pressão sobre o recurso, o Governo das Seicheles desenvolveu uma lista de projectos aceitáveis que inclui pré-requisitos de gestão (por exemplo, plano de gestão operacional), conforme detalhado na tabela A.3.

Componente 4: Gestão e coordenação do projecto (1 milhão de dólares americanos - BIRD). A última componente apoia a coordenação e a implementação do projecto, através de uma Unidade de Implementação do Projecto.

3. Modalidades de execução

Os lucros do título azul seguem duas pistas. Na primeira faixa, o Governo das Seicheles transferiu uma parte dos rendimentos do título azul (3 milhões de dólares americanos) para a SeyCCAT para estabelecer um Fundo de Subvenções Azuis. As subvenções são concedidas a entidades públicas e privadas com base numa proposta de projecto para financiar actividades relacionadas com a operacionalização de áreas marinhas protegidas de uso sustentável, a implementação do plano de gestão das pescas do Planalto Mahé, e a transição de um acesso aberto para uma pesca mais controlada. No âmbito da segunda vertente, o Governo das Seicheles transferiu o remanescente das receitas do título azul (12 milhões de dólares) para o DBS para a criação e gestão de um Fundo Azul de Investimento. Os empréstimos comerciais são feitos para projectos consistentes com as disposições do plano de gestão das pescas do Planalto de Mahé e com um foco específico na diversificação económica e sustentabilidade. Enquanto o Fundo Azul do Investimento é capitalizado pelos rendimentos do título azul, o reembolso do título azul é considerado uma obrigação do Governo Seicheles e está ligado financeiramente ao Fundo Azul de Investimento.

Figura A.2. Fluxo de Fundos dos Provenientes dos Títulos Azuis



O Fundo de subvenções Azuis é administrado pelo SeyCCAT. O SeyCCAT é um fundo fiduciário público-privado independente, de base nacional, criado em 2015 para gerir os fundos gerados por uma reestruturação da dívida destinada a proporcionar um fluxo sustentável de fundos para apoiar a gestão a longo prazo e a expansão do sistema das Seicheles de áreas protegidas e outras actividades que contribuam

substancialmente para a conservação, protecção e manutenção da biodiversidade. O SeyCCAT tem um programa de subvenções planeadas com foco na pesca sustentável relacionada à gestão e expansão de áreas marinhas protegidas. Para evitar o estabelecimento de uma estrutura concorrente duplicada e para facilitar a administração do programa de subvenções, o programa de subvenções SeyCCAT planejado foi fundido com os recursos acima mencionados do Blue Bond para criar um único Fundo de subvenções azuis com foco e lista de projectos elegíveis ampliados. O Fundo de Subvenções Azuis tem janelas de financiamento segregadas para garantir a separação e rastreabilidade dos fundos. O Comitê de Subsídios SeyCCAT analisa e recomenda projectos para aprovação no âmbito do Fundo de Subsídios Azuis e a Diretoria do SeyCCAT tem aprovação final.

O Fundo Azul de Investimento é administrado pelo DBS, uma instituição nacional de financiamento do desenvolvimento com um mandato específico para apoiar o desenvolvimento económico das Seicheles. À semelhança do Fundo de Subvenções Azuis, os empréstimos propostos têm de ser conformes com uma lista de actividades elegíveis que também é avaliada em função dos pré-requisitos de gestão para que a actividade-alvo seja financiada pelo Fundo Azul de Investimento, a fim de assegurar a sustentabilidade ambiental do investimento proposto e evitar a criação de um sinal de preço que aumentaria a pressão sobre as pescas. Para garantir que os projectos sejam sólidos do ponto de vista da pesca, o Banco de Desenvolvimento das Seicheles convoca um Comitê Técnico (composto teoricamente por vários ministérios do Governo, associações de pescadores e organizações da sociedade civil) para fornecer uma revisão técnica e recomendação para pedidos de empréstimo. Se a recomendação do Comitê Técnico for positiva, então o pedido de empréstimo é enviado de volta ao Banco de Desenvolvimento das Seicheles para o procedimento padrão de processamento de empréstimo e avaliação financeira. O Conselho do DBS tem a aprovação final de todos os empréstimos.



4. Actividades elegíveis

O Governo das Seicheles (GOS) elaborou listas indicativas de actividades elegíveis a financiar pelas receitas dos títulos azuis, através do Fundo de Subvenções Azuis e do Fundo Azul de Investimento.

Quadro A.1: Lista indicativa das actividades elegíveis para o Fundo de Subvenções Azuis ao abrigo da Componente 1

Domínio de concentração	Pre-requisitos	Elegibilidade das propostas
Investigação para a gestão das pescas (por exemplo, avaliação das unidades populacionais, socioeconómica)	Fase I completa do ordenamento do espaço marítimo (zonas confirmadas)	Em conformidade com o ordenamento do espaço marítimo Tabela e regulamentos de actividades admissíveis Aprovação de investigação do Gabinete de Normas das Seicheles ou mandato da Autoridade das Pescas das Seicheles
Desenvolvimento e implementação de planos de gestão	Fase I completa do ordenamento do espaço marítimo (zonas confirmadas) Governação do ordenamento do espaço marítimo e plano de implementação operacional	Aplicação demonstra due diligence específica ao contexto
Programas de educação e conscientização	Nenhum	Aplicação demonstra due diligence específica ao contexto
Capacitação e actividades de formação	Governação do ordenamento do espaço marítimo e plano de implementação operacional	Avaliação completa das necessidades de reforço das capacidades específicas da zona
Reforço do acompanhamento, controlo e vigilância	Plano de gestão operacional para a(s) zona(s) relevante(s), que inclui um protocolo de monitorização, controlo e vigilância aprovado	Demonstra envolvimento com autoridades relevantes e funcionários autorizados, salvo indicação em contrário no protocolo de monitorização, controlo e vigilância
Promoção de práticas sustentáveis no turismo marinho	Manuais de boas práticas/protocolos operacionais do ordenamento do espaço marítimo	Operadores licenciados (aluguer de aeronaves) e autorizados (Lei das Pescas de 2014)

Quadro A.2: Lista indicativa das actividades elegíveis para o Fundo de Subvenções Azuis ao abrigo da Componente 2

Área Focal de Actividade	Pre-requisitos	Elegibilidade da candidatura
Investigação para a gestão e o desenvolvimento das pescas	Plano de gestão elaborado ou operacional	Pesquisa explicitamente ligada a padrões de gestão (por exemplo, pontos de referência) no plano Seychelles Bureau of Standards aprovação da investigação ou mandato da Autoridade das Pescas das Seychelles
Planeamento da gestão da pesca	Sistema de licenciamento específico da pesca operacional Unidades de gestão das pescas definidas pelo Serviço das Pescas das Seicheles	Partes interessadas consultadas sobre a proposta Inclui Ecossistema - Abordagem às Pescas e Co-Gestão Coerentes com as medidas regionais, se aplicável (por exemplo, Comissão do Atum do Oceano Índico)
Programas de educação e conscientização por associações de pescadores	Nenhum	Associação registada Aplicação demonstra due diligence específica ao contexto
Apoio à capacitação de associações de pescadores	Associação registada ou declaração de intenção de registo	Aplicação demonstra due diligence específica ao contexto
Reforço do acompanhamento, controlo e vigilância	Plano de gestão operacional, que inclui protocolo de monitorização, controlo e vigilância aprovado	Demonstra envolvimento com autoridades relevantes e funcionários autorizados, salvo indicação em contrário no protocolo de monitorização, controlo e vigilância
Promoção de práticas sustentáveis nos sectores da captura, serviços e pós-colheita de pescado (por exemplo, eficiência energética)	Para a pesca de captura, plano de gestão e sistema de licenciamento específico da pescaria operacional	Pesca de captura: Sustentabilidade ainda mais definida pelo Plano de Ordenamento e Gestão do Espaço Marinho Dados da cadeia de valor coletados e partilhados
Preparação de propostas para o Fundo Azul de Investimento (por exemplo, estudo de viabilidade, plano de negócios)	Elaboração de uma metodologia de avaliação padronizada para as propostas ao Fundo Azul de Investimento	Em conformidade com a lista indicativa do Fundo Azul de Investimento Em conformidade com o Programa de Investimento Sustentável
Investigação e desenvolvimento de recursos novos ou subexplorados	Promulgada a política e a regulamentação relativas às pescarias novas e emergentes	A aprovação da investigação da Autoridade das Pescas das Seicheles envolve os navios/operadores de pesca existentes Acordo de partilha de dados
Investigação e desenvolvimento para a inovação em pós-colheita e comercialização	Avaliação da capacidade máxima de carga para investimentos em sectores pós-colheita/serviços Plano de gestão operacional (dependendo do produto)	Aplicação demonstra due diligence específica ao contexto Acordo de partilha de dados

Quadro A.3: Lista indicativa das actividades elegíveis para o Fundo Azul de Investimento

Domínio de concentração	Atividades	Pre-requisitos	Elegibilidade da candidatura
Reconstrução de estoques	GOS compra de parte do limite de captura		
	Recompra de GOS de capturas de navios individuais (relacionadas com o abate)		
	GOS compra de quotas de captura		
Reestruturação da capacidade de pesca	Remodelação de embarcações para turismo	Plano de gestão da frota e quadro de licenciamento da pesca operacionais (fase 2 do plano de gestão)	Reajuste viável
	Remodelação dos navios de pesca do atum com palangre	Plano de gestão da frota demersal e quadro de licenciamento da pesca operacional (fase 2 do plano de gestão)	Reajuste viável
		Plano de co-gestão das pescarias nacionais de atum operacional Sustentabilidade das unidades populacionais de atum (gestão regional da conservação eficaz) Crescimento associado do sector dos serviços e da transformação	
	Remodelação de navios para pescarias subexploradas ou não exploradas	Plano de gestão da frota e quadro de licenciamento da pesca operacionais (fase 2 do plano de gestão) Mecanismo em vigor para a investigação e desenvolvimento das pescarias inexploradas	Reajuste viável
Desmantelamento ou resgate de navios	Plano de gestão das pescarias conexas e limites de captura adoptados		
Aquacultura	Produção terrestre de produtos de nicho de alto valor (por exemplo, crustáceos, ouriços-do-mar, corais ornamentais e peixes)	Plano director de maricultura operacional Serviços de suporte disponíveis	Em conformidade com o plano director da maricultura Terrenos atribuídos
	Pecuária marinha de produtos de alto valor (por exemplo, pepinos do mar)	Plano director de maricultura operacional Serviços de suporte disponíveis	Em conformidade com o plano director da maricultura Terrenos e fundos marinhos afectados

Domínio de concentração	Atividades	Pre-requisitos	Elegibilidade da candidatura
Processamento de peixe e adição de valor	Transformação de média a grande escala e desenvolvimento de produtos, com ênfase nas espécies pelágicas (por exemplo, lombos de atum, atum sashimi-grau, capturas acessórias)	Resultados positivos da "cadeia de valor e estudo de viabilidade para orientar os investimentos no sector de processamento e serviços". Reforço do Comité de Desenvolvimento dos Portos de Pesca	Aprovação pelo Comité de Desenvolvimento dos Portos de Pesca, se for caso disso Terrenos atribuídos
	Bio-refinarias de pequena a média escala para subprodutos do processamento de peixe (por exemplo, óleo, colagénio, aminoácidos, produção mineral)	Resultados positivos da "cadeia de valor e estudo de viabilidade para orientar os investimentos no sector de processamento e serviços". Reforço do Comité de Desenvolvimento dos Portos de Pesca	Aprovação pelo Comité de Desenvolvimento dos Portos de Pesca, se for caso disso Terrenos atribuídos
Sector de serviços/apoio logístico	Empresas auxiliares para armazenagem frigorífica e manutenção da cadeia de frio	Resultados positivos da "cadeia de valor e estudo de viabilidade para orientar os investimentos no sector de processamento e serviços".	Aprovação pelo Comité de Desenvolvimento dos Portos de Pesca, se for caso disso Terrenos atribuídos
	Pequenas e médias empresas para agências que prestam serviços de embarcações (por exemplo, estiva, manutenção de embarcações) Foco na integração de serviços logísticos para incluir gelo, isca e artes para a pesca demersal e semi-industrial	Resultados positivos da "cadeia de valor e estudo de viabilidade para orientar os investimentos no sector de processamento e serviços".	Aprovação pelo Comité de Desenvolvimento dos Portos de Pesca, se for caso disso Terrenos atribuídos
	Pequenas e médias empresas de serviços logísticos para o sector da aquicultura, incluindo serviços de segurança para instalações em terra e offshore	Plano director de maricultura em vigor	Terrenos atribuídos
Sector dos serviços/apoio científico	Empresas de observação da pesca Empresas de consultoria em matéria de controlo ambiental Empresas de consultoria científica e de gestão das pescas		

Anexo B - Roteiro para a emissão de Títulos Azuis

A figura seguinte propõe um roteiro e um calendário amplamente indicativos para a emissão dum título azul, e os pormenores variam muito em função das especificidades do título azul e da reactividade dos diferentes parceiros.

